

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCAS VIANA DAS CHAGAS LIMA

A CAFEICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ: SUA IMPLEMENTAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E AUGE

CURITIBA
2014

LUCAS VIANA DAS CHAGAS LIMA

A CAFEICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ: SUA IMPLEMENTAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E AUGE

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, no Curso de graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Pulquerio Figueiredo Bittencourt

CURITIBA
2014

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCAS VIANA DAS CHAGAS LIMA

A CAFEICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ: SUA IMPLEMENTAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E AUGE

Trabalho aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Pulquerio Figueiredo Bittencourt
Orientador - Departamento de Economia - UFPR

Prof. Dr. Gustavo Pereira da Silva
Departamento de Economia - UFPR

Prof. Karlin Olbertz Niebuh
Departamento de Economia - UFPR

Curitiba, 26 de Novembro 2014.

Dedico este trabalho a minha Mãe Adriana, por todo apoio, paciência, incentivo e suporte, ao meu Pai Ozir, pela colaboração e compreensão, ao meu irmão Leonardo e minha Cunhada Júlia, pela atenção e disposição em sempre me auxiliarem e a todos meus familiares que de alguma forma entenderam a importância desse trabalho e me incentivaram a seguir em frente e superar os percalços. Dedico também as minhas amigas, Késia e Patrícia, da Universidade, por sempre estarem presentes em meus momentos de dificuldades durante esta jornada, a minha amiga do Rio de Janeiro Anna, por me incentivar a nunca desistir e seguir caminhando, ao meu amigo Daniel, pela colaboração na edição das imagens utilizadas no presente trabalho e a todos os outros que de alguma maneira vieram a acrescentar, contribuir, auxiliar e fazer deste trabalho o que se tornou. Por fim, dedico a minha cachorra Nina, que apesar de não estar presente mais fisicamente, estava sempre aos meus pés nos dias e noites dedicados a este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Pulquerio Figueiredo Bittencourt, pelo acompanhamento, desenvolvimento, orientação, paciência e dedicação nesta jornada de pesquisa.

Aos meus amigos, pelo apoio e encorajamento em sempre seguir em frente, em especial à Anna, ao Daniel, à Késia e à Patrícia.

Ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, na pessoa do seu coordenador Prof. Dr. Marco Antonio Ribas Cavalieri.

Ao Colegiado do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, pela compreensão.

We keep moving forward, opening new doors, and doing new things, because we're curious and curiosity keeps leading us down new paths.

Walter Elias Disney

RESUMO

O Café foi de importância indiscutível para o crescimento e desenvolvimento, tanto econômico como agrícola no Brasil, iniciado seu cultivo já no final do século XVIII, nas terras do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, esta cultura vai seguindo para São Paulo e Minas Gerais até descer e descobrir as férteis terras de solo roxo do norte do Paraná, no final do século XIX, seja pelo consequente esgotamento das terras no sudeste do País como pelo anseio natural dos fazendeiros em expandir suas plantações para mais a oeste de São Paulo. O ciclo cafeeiro foi introduzido no estado como consequência natural da marcha do grão para o oeste de São Paulo, veio como um substituto, muito mais viável economicamente, do que a erva mate (1880-1930). Foi um ciclo importante então, para o desbravamento, povoamento e desenvolvimento de todo o norte paranaense, que em finais de 1920 já atingia todo o norte velho da região. Nele o café trouxe avanços, possibilitou a formação e ampliação de linhas de estradas de ferro, fundou vilas, criou cidades e fez surgir toda uma região antes inexistente. Juntamente com o plantio do grão, a Companhia de Terras Norte do Paraná foi de suma importância para tal feito, pois ela quem planejou todo o desbravamento, ampliação e criação de rotas de escoamento para região. Aproveitou-se também do Convênio de Taubaté (1906), um tratado governamental que buscava fortalecer as políticas do café na época e acabou por auxiliar o Paraná, sendo uma opção para os produtores. O desbravamento das terras trouxe consigo, imigrantes japoneses e europeus, além dos típicos trabalhadores em sistema de colonato. O ciclo começou em 1920 e até início da década de 1960, já havia atingido seu auge, mais precisamente em 1963, onde se apresentou como maior produtor e exportador do grão em todo o país, afrente até do antigo líder, São Paulo. Trouxe uma explosão demográfica e desenvolvimentista que repercute até hoje, dando nascimento a cidades muito importantes, como Londrina e Maringá.

Palavras-chave: Café. Norte do Paraná. Companhia de Terras Norte do Paraná.
Ciclo cafeeiro.

ABSTRACT

The Coffee had an extremely high importance for the growth and development, both in the economics and agriculture side in Brazil, starting your culture already in the end of the XVIII century, on the Vale do Paraíba lands, at Rio de Janeiro, this culture goes to São Paulo and Minas Gerais until find the fertile land with purple soil in north of Paraná, by the end of XIX century, because of the tiredness of the soil at southwest or by the natural farm aspiration in expand your plantation to west of São Paulo. The coffee cycle was introduced in the state as a natural consequence of the west natural march of the seed thru São Paulo, came along as a substitute, much more economically valuable, comparing to the mate (1880-1930). Was a very important cycle so, for the clearing, settlement and development of the whole Paraná north, that in the end of 1920 already hit the whole old north of the region. In that the coffee brings advances, turn possible the building and expansion of railroad lines, found villages, create cities and made born a whole region that didn't exist so far. Together with the cultivate of the seeds, the Companhia de Terras Norte do Paraná had a great importance for this, because it was whom plan all clearing, expansion and criation of runoff rotes. Took advantages of Convênio de Taubaté (1906), a governal treated who looks to raise the strength of the coffee policy at the time and ends in helping Paraná, beeing a option to the produceers. The clearing of the lands bring with them, japoneses and europeans aliens, despite the colonato sistems workers. the cicle started in 1920 and in the beginning of 1960 decade, had your apice, in 1963 to be more exact, where showed as the biggest producer and exporter of the seed in the whole country, ahead the last leader, São Paulo. bring an cleaning and development explosion that reverberates until today, brigns alive very important cities such as Londrina and Maringá.

Key-words: Coffee. North of Paraná. Companhia de Terras Norte do Paraná. Coffee Cycle.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - MAPA HIDROGRÁFICO DO PARANÁ- CURITIBA - PR	18
FIGURA 2 - MAPA DA MESORREGIÃO NORTE VELHO DO PARANÁ- CURITIBA - PR	19
FIGURA 3 - MAPA DA MESORREGIÃO NORTE NOVO DO PARANÁ- CURITIBA - PR	21
FIGURA 4 - MAPA DA MESORREGIÃO NORTE NOVÍSSIMO DO PARANÁ- CURITIBA - PR	22
FIGURA 5 - MAPA DO ESTADO DO PARANÁ - 1965 REGIÃO NORTE - CURITIBA - PR	23
GRÁFICO 1 - CRESCIMENTO DOS MUNICÍPIOS NO INTERIOR DO PARANÁ - 1920/1970	33
FIGURA 6 - MALHA FERROVIÁRIA DA BRAZIL RAILWAY COMPANY EM 1913	36
GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO IMPOSTO SOBRE EXPORTAÇÃO NA RECEITA ESTADUAL - 1892/1930	40
FIGURA 7 -GLEBAS ADQUIRIDAS PELA COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ	48
GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA PRODUÇÃO NACIONAL DE CAFÉ - PARANÁ E SÃO PAULO - 1922/1968	57
QUADRO 1 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE EMBARQUE - 1947/1967	59

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1- EMIGRAÇÃO JAPONESA AO BRASIL POR PERÍODO	27
TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO POR REGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ E GERAÇÃO	28
TABELA 3- CRESCIMENTO POPULACIONAL NO PARANÁ - 1920/1970	34
TABELA 4 - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ -1920/1968	54
TABELA 5- ÁREA MÉDIA, NÚMEROS DE CAFEEIROS, NO NORTE DO PARANÁ, NOS ANOS DE 1920, 1935, 1942, 1945.	61

LISTAS DE SIGLAS

- FAE - Faculdade de Administração e Economia
- GNU - Gnu's not Unix (GNU não é Unix - Sigla para um software de uso livre)
- IBC - Instituto Brasileiro do Café
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia
- UNICAMP - Universidade de Campinas
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas
- UFPR - Universidade Federal do Paraná
- UFU - Universidade Federal de Uberlândia

LISTAS DE ABREVIATURAS

Cap.	-	Capítulo
<i>cents</i>	-	Centavos em lingua inglesa
Cf.	-	Conforme
f.	-	Folha
ha.	-	Hectare
jul.	-	Julho
kg	-	Quilograma
mar.	-	Março
n.	-	Número
NY	-	Nova Iorque / <i>New York</i>
p.	-	Página
pág.	-	Página
pg.	-	Página
set.	-	Setembro
Sf.	-	Substantivo Feminino
v.	-	Versão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O NORTE PARANAENSE	17
2.1 O SISTEMA DE TRABALHO NAS LAVOURAS DE CAFÉ E AS CARACTERÍSTICAS DESTE TRABALHADOR RURAL	24
2.2 A OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ E A INTRODUÇÃO DO CAFÉ NO ESTADO	29
2.3 DADOS POPULACIONAIS DO NORTE DO PARANÁ	32
2.4 AS ESTRADAS DE FERRO E O DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ	35
3 O DESENVOLVIMENTO DO CAFÉ NO PARANÁ	39
3.1 SUBSTITUIÇÃO DO MATE PELO CAFÉ	39
3.2 O CONVÊNIO DE TAUBATÉ	42
3.3 COMPANHIA DE TERRAS DO NORTE DO PARANÁ	46
4 CICLO DO CAFÉ NA ECONOMIA DO NORTE PARANAENSE	52
4.1 DADOS ECONÔMICOS DO CICLO CAFEIEIRO NO PARANÁ	53
5 CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS	68
ANEXOS	75

1 INTRODUÇÃO

O café é um arbusto de características bem particulares, como por exemplo, a necessidade de um clima quente, úmido e um terreno bastante fértil para se desenvolver. Sua altura pode chegar a 10 metros, quando encontrado em um estado mais selvagem na natureza, mas geralmente, quando cultivado para fins comerciais, é mantido entre 2 ou 3 metros para facilitar a colheita dos grãos.

No Brasil, o café teve uma importância muito grande na economia, principalmente, no Paraná. Ainda apresenta uma importância muito forte na agricultura, mas que vem sendo substituído pelo cultivo de outras culturas, como a da soja.

O café nasce como uma cultura sem muito prestígio, mas a vinda da família real para o Brasil, a partir do século XVIII, e a abertura comercial dos portos¹ em 1808, fizeram com que o cultivo do grão passasse a ter mais importância na economia do País, principalmente como um produto destinado para exportação, além da possibilidade que o mercado internacional do café trouxe para que o Brasil conseguisse se inserir neste período.

A partir do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, o café foi se desenvolvendo e procurando por novas terras para seu cultivo no Brasil, até atingir o oeste do estado de São Paulo, que apresentava um solo muito fértil para o cultivo da planta. Mais

¹ O Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas foi uma carta régia promulgada pelo Príncipe-regente de Portugal Dom João de Bragança, no dia 28 de Janeiro de 1808, em Salvador, na Capitania da Baía de Todos os Santos. Por esse diploma era autorizada a abertura dos portos do Brasil ao comércio com as nações amigas de Portugal, do que se beneficiou largamente o comércio britânico. Foi a primeira experiência liberal do mundo após a Revolução Industrial. A carta marcou o fim do Pacto Colonial, o qual na prática obrigava a que todos os produtos das colônias passassem antes pelas alfândegas em Portugal, ou seja, os demais Países não podiam vender produtos para o Brasil, nem importar matérias-primas diretamente das colônias alheias, sendo forçados a fazer negócios com as respectivas metrópoles. Para poder ter sua independência em relação a França Napoleônica, Portugal precisou da escolta britânica para fugir ao Brasil sob a condição de que fossem abertos os portos para as nações amigas, pondo fim ao pacto colonial, passando a ser possível o comércio direto dos produtos brasileiros. Antes da fuga da Coroa portuguesa para o Brasil, Portugal estava submetido ao bloqueio continental pela França. O Bloqueio Continental era mal visto pelas nações submetidas à França e isto contribuiu para reduzir o prestígio de Napoleão nas terras por ele conquistadas. A intervenção contra Espanha e Portugal (país que vivia do tráfico marítimo, não se podia permitir ganhar a inimidade da Inglaterra) do período 1807-1809 teve como objetivo impor às duas nações o respeito ao Bloqueio. Napoleão não se conformou com a derrota para os ingleses, e criou o governo continental para prejudicar a economia Inglesa, Portugal recusava-se a aderir ao bloqueio devido à aliança com a Inglaterra. Como o reino estava decadente, Portugal não tinha como enfrentar Napoleão. Essa é uma das razões que levou à transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808.

tarde, paulistas e mineiros atentaram-se para as novas e inexploradas terras do norte do Paraná, mais precisamente na segunda metade do século XIX.

Segundo Cancian² (1981, citado por OLIVEIRA³, 2009) defende a tese de que a cafeicultura paranaense foi uma continuação da “marcha para o oeste” da cafeicultura paulista.

Desde fins do século XIX que as terras do norte do Paraná apresentavam-se, como favoráveis para o incremento do cultivo do grão. Historicamente, a ocupação do norte do Paraná inicia-se como resultado da expansão do café, cujo roteiro vinha se traçando desde o Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro.

O café foi responsável pela ocupação do norte do estado, com um enorme crescimento demográfico jamais visto na história moderna do Brasil, em relação ao cenário econômico, o cultivo do grão fez com que o estado assumisse o posto de principal produtor do País.

Essa expansão foi despertada, também, pela aproximação dos trilhos da estrada de ferro Sorocabana, dando o surgimento então, as primeiras cidades como: Tomazina, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e outras, que são resultantes da penetração naquela região, e até a década de 1920 completa-se a ocupação do norte Velho e o café se transforma na mais importante atividade econômica para a região.

A escolha do Paraná não se deu por acaso, além de possuir um solo que permitia um bom crescimento e desenvolvimento do café, também contou com a vinda dos imigrantes, principalmente da Europa e do Japão, peças importantes para impulsionar os empreendimentos agrícolas nessas regiões do Brasil (Sul e Sudeste).

O Paraná é formado, atualmente, por 211 municípios, sendo a região norte responsável por ocupar quase 40% da área total do estado. Em uma área praticamente agrícola com destaque para as culturas de soja, milho, trigo, cana-de-açúcar, algodão, feijão, café, mandioca e arroz. Os dois maiores centros urbanos do norte do estado são Londrina e Maringá.

O café foi responsável por um importante ciclo político, social e econômico no Paraná, ocasionado por uma imensa alteração geográfica através dos deslocamentos dos agricultores por novas terras mais produtivas para o seu plantio.

² CANCIAN, N. A. **Cafeicultura paranaense** - 1900/1970. GRAFIPAR. Curitiba, 1981.

³ VITRINE DA CONJUNTURA. Curitiba: Faculdade de Administração e Economia (FAE) Centro Universitário, v.2, n.4, junho, 2009. (pág. 1)

E foi devido a ele que ocorreu uma rápida transformação na geração de empregos no sistema econômico do norte do Paraná, pois, quando os cafeicultores substituíram o trabalho escravo pelo trabalho assalariado, acabaram por contribuir para a movimentação de recursos dentro do estado, acarretando, um aquecimento econômico.

Para a presente monografia, pretende-se estudar como o café chegou ao estado do Paraná, por onde começou seu cultivo, seu desenvolveu no estado, os impactos na economia paranaense e a sua importância. O Trabalho busca esclarecer, o porque da escolha do Paraná e quando se tornou um importante produtor do grão. Estudar como se promoveu e quais os benefícios trazidos pelo café.

Estruturando-se o trabalho em uma introdução, mais três capítulos, sendo o primeiro responsável por analisar o movimento ocupacional no norte do Paraná, a importância dos imigrantes estrangeiros e o tipo de trabalhador rural encontrado nas lavouras, dados populacionais da região norte, além da importância das estradas de ferro para seu desenvolvimento. O segundo capítulo irá tratar do momento em que a economia paranaense passou a ter o café como principal item na sua economia, a troca do mate pelo grão, porque ela ocorreu e as consequências desta troca de cultura, além de abordar o Convênio de Taubaté e os aspectos relacionados ao loteamento das terras pela Companhia Colonizadora de Terras Norte do Paraná. O terceiro capítulo irá apresentar os dados econômicos e desenvolvimentistas do café no estado, além de mostrar qual é a representatividade do café para o estado ao longo do tempo, sua ascensão e auge. Por último, aspecto do trabalho, apresenta-se as conclusões encontradas no estudo proposto.

2 O NORTE PARANAENSE

Para melhor entender a região compreendida pelo norte do Paraná, como se deu seu desenvolvimento e qual sua localização geográfica, é de grande importância destacar a composição dessa região, ressaltando suas características, fronteiras, mesorregiões⁴ e microrregiões⁵ formadoras do norte paranaense.

De acordo com Müller⁶ (1956 citado por PADIS, 2006) Seu trabalho mostra que, se o chamado "norte paranaense" tem seus contornos perfeitamente delimitados ao norte, a leste e a oeste - pelos rios Paranapanema, Itararé e Paraná, respectivamente -, o mesmo não acontece em relação ao limite sul. (PADIS, 2006, p.130).

A estrutura demográfica do norte do Paraná pode ser delimitada em três microrregiões, conhecidas como norte Velho, norte Novo e norte Novíssimo, que foram nomeadas assim baseados em seu período de colonização e suas fronteiras geográficas, demarcadas principalmente pelo leito dos rios que cortam o estado do Paraná. A soma dessas três mesorregiões irão dar origem ao que se chama de região norte do Paraná.

Conforme citação de Müller, os limites sul da região norte paranaense não são bem claros como os das demais direções da localização da rosa dos ventos, o que irá delimitar esse fronteira austral são as atividades exercidas pelas cidades mais ao sul das mesorregiões, basicamente se cafeeira, será considerado norte do Paraná, se madeireira ou outra atividade, entrará para formar outra região do estado, como a região Sul, por exemplo.

Os principais rios que irão formar as delimitações dessas mesorregiões citadas, são os rios: Tibagi, Paranapanema, Ivaí, Paraná e o Piquiri, que juntos irão

⁴ sf (meso+região) Geogr Unidade territorial resultante do agrupamento de microrregiões, porém menor que o estado ou o território.

⁵ Microrregião é, de acordo com a Constituição brasileira de 1988 (art. 25, §3º), um agrupamento de municípios limítrofes. Sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual. Embora, raras são as microrregiões assim definidas, o termo é comumente conhecido em função de sua aplicação pelo Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) que, para fins estatísticos e com base em similaridades econômicas e sociais, divide os diversos estados da federação brasileira em microrregiões.

⁶ MÜLLER, Nice L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 22, p. 55-57, mar. 1956.

formar as fronteiras das três mesorregiões do norte do estado.

A posição geográfica desses cursos de água, delimitadores das fronteiras das mesorregiões podem ser observados na (FIGURA 1). Com destaque para os rios citados como fronteirios do norte Velho, norte Novo e norte Novíssimo da região Norte do Paraná.

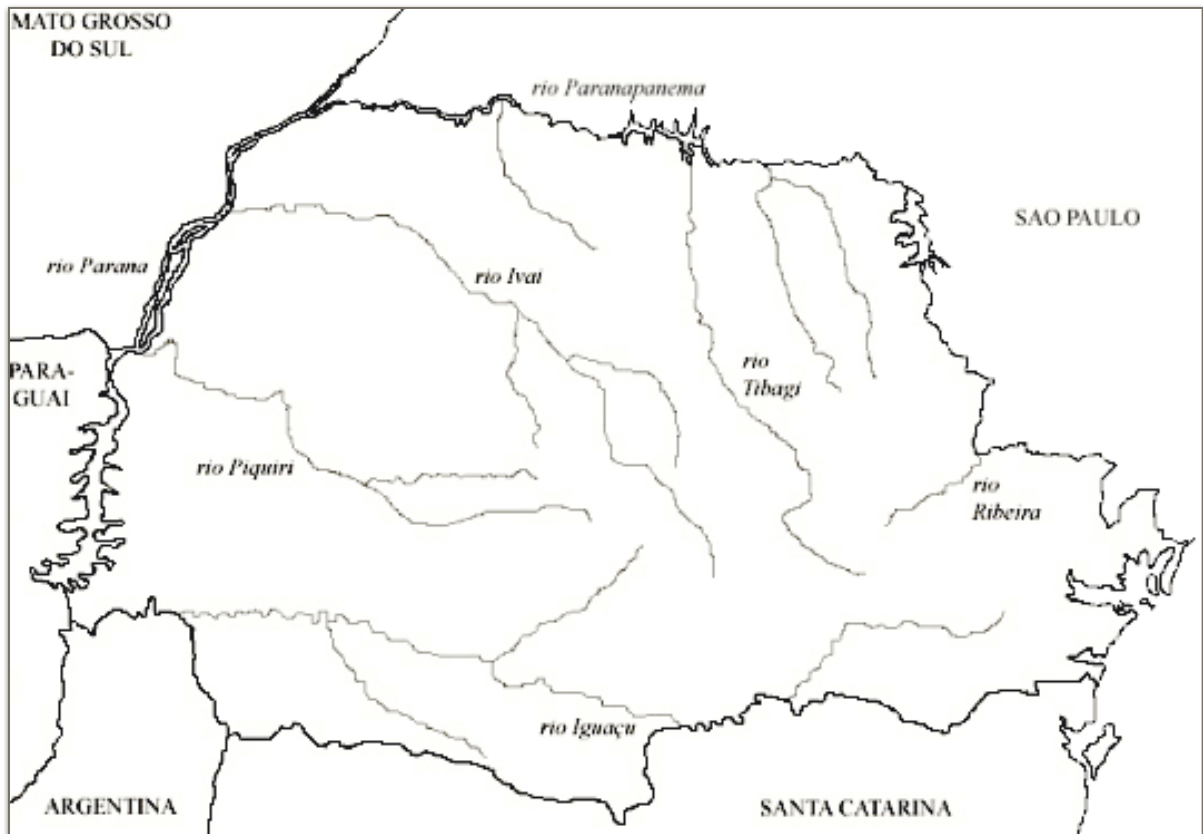


FIGURA 1 - MAPA HIDROGRÁFICO DO PARANÁ- CURITIBA - PR
 FONTE: INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS - ITCF (1987).

A primeira mesorregião, e mais importante, tanto por ser a mais antiga como por ter sido a porteira de entrada para o cultivo do café no estado, o norte Velho que compreende a região formada pela divisa nordeste com o estado de São Paulo até o rio Tibagi (FIGURA 1), formando sua fronteira oeste.

Região esta que foi colonizada principalmente entre os anos de 1860 até 1925. Delimitando essa área descrita acima é possível formar a região definida pela cor avermelhada representada na (FIGURA 2), na próxima página.

Essa região foi a primeira a ser desbravada pelos fazendeiros paulistas e mineiros, e ela quem proporcionou a estes proprietários de terra conseguirem desbravar as outras duas outras mesorregiões que serão vistas em sequência, além

de ter iniciado por esta zona a entrada do ciclo cafeeiro no estado do Paraná.



FIGURA 2 - MAPA DA MESORREGIÃO NORTE VELHO DO PARANÁ- CURITIBA - PR
 FONTE: RAFAEL LORENZETO DE ABREU - GNU'S NOT UNIX (GNU) FREE DOCUMENTATION
 LICENSE (2006).

Além disso, esta mesorregião comporta, atualmente, cinco microrregiões, que são elas: Assaí, Cornélio Procópio, Ibaiti, Jacarezinho e Wenceslau Braz. Que podem ser destrinchadas em municípios, Assaí, Jataizinho, Nova Barbara, Racho Alegre, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Uraí, Abatiá, Andirá, Bandeirantes, Congoinhas, Cornélio Procópio, Itambaracá, Leópolis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Ribeirão do Pinhal, Santa Amélia, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, Sertaneja, Conselheiro Mairinck, Curiúva, Figueira, Ibaiti, Jaboti, Japira, Pinhalão, Sapopema, Barra do Jacaré, Cambará, Jacarezinho, Jundiá do Sul, Ribeirão Claro, Santo Antônio da Platina, Carlópolis, Guapirama, Joaquim Távora, Quatinguá, Salto do Itararé, Santana do Itararé, São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz, totalizando assim 46 municípios integrados entre essas microrregiões.

A segunda região formadora do norte do estado é conhecida como o norte Novo que é delimitado pelos rios Tibagi (FIGURA 1), Ivaí (FIGURA 1) e Paranapanema (FIGURA 1), área esta, colonizada entre os anos de 1920 até 1950, sendo assim representada pela região “central” do norte do Paraná, pois essa região fica espremida pelo norte Velho à sua direita do mapa e pelo norte Novíssimo à sua esquerda do mapa.

O norte Novo também é conhecido como norte Central do estado do Paraná, ou mesorregião Central, e está situado em sua maior parte no terceiro planalto paranaense e no segundo planalto está o restante de seu território.

O norte Central cobre uma área de 11.821.500 hectares (ha)⁷ ou 8.215 quilômetros quadrados (km²) representando 9% do total do estado. O solo dessa mesorregião é composto de alterações das rochas basálticas, associada ao clima da região dá-se a formação da terra roxa, muito comum em toda a região norte em geral.

Sendo assim, sua formação abrange 8 microrregiões, dentre elas Apucarana, Astorga, Faxinal, Floraí, Ivaiporã, Londrina, Maringá e Porecatu, somando um total de 79 municípios compreendidos nesta delimitação territorial, atualmente, que são eles: Apucarana, Arapongas, California, Cambira, Jandaia do Sul, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Sabáudia, Ândulo, Astorga, Atalaia, Cafeara, Centenário do Sul, Colorado, Flórida, Guaraci, Iguaçu, Itaguajé, Jaguapitã, Lobato, Lupionópolis, Mandaguaçu, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, Uniflor, Bom Sucesso, Borrazópolis, Cruzmaltina, Faxinal, Kaloré, Marumbi, Rio Bom, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Itambé, Ivatuba, Ourizona, São Jorge do Ivaí, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Cândido de Abreu, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, Rio Branco do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Cambé, Ibitiporã, Londrina, Pitangueiras, Rolândia, Tamarana, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paçandu, Sarandi, Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso, Florestópolis, Miraselva, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio e Sertanópolis.

Dado suas delimitações, dimensões e tipo de solo e clima, a região descrita dá origem, assim a área demarcado pela região em vermelho apresentada na

⁷ Abreviação para hectares, que conhecido também como hectômetro/hectómetro quadrado hm², é uma unidade de medida de área equivalente a 100 ares ou a 10.000 (dez mil) metros quadrados.

(FIGURA 3), a seguir.

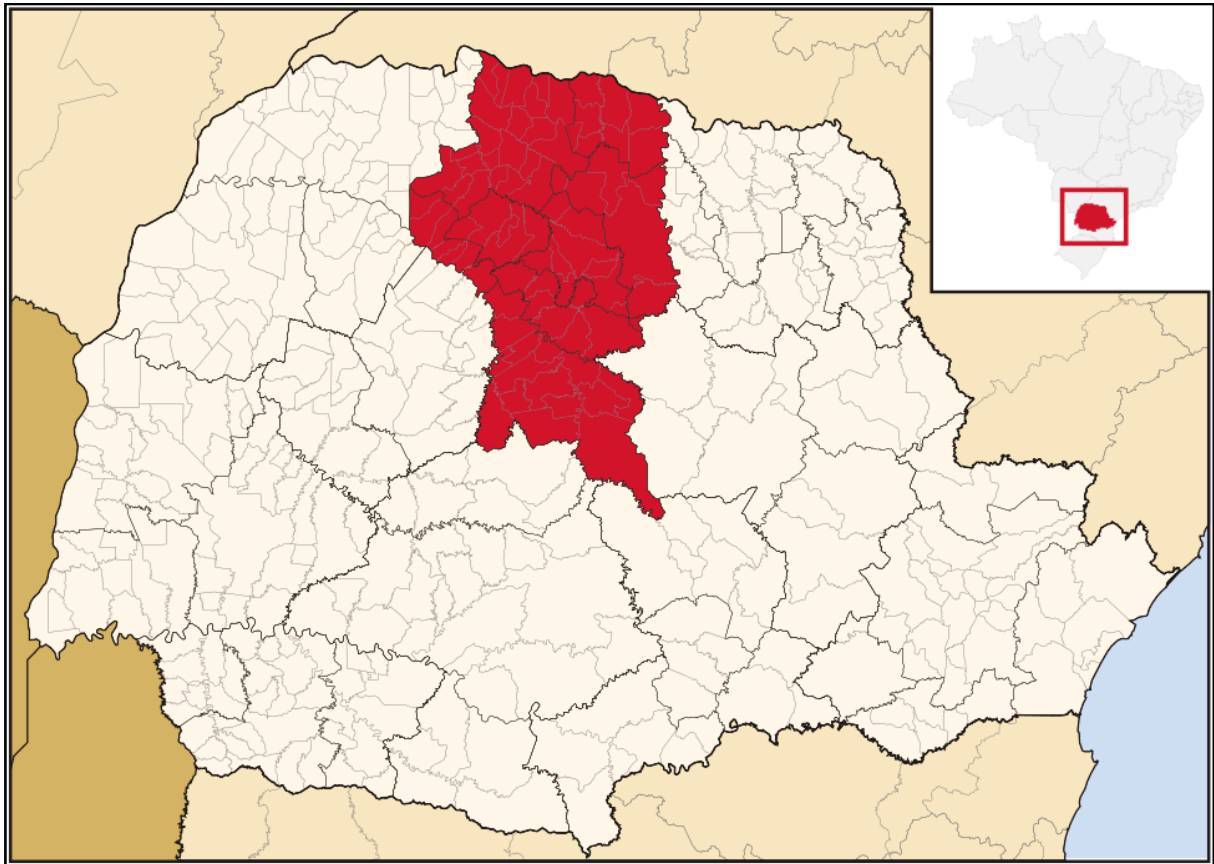


FIGURA 3 - MAPA DA MESORREGIÃO NORTE NOVO DO PARANÁ- CURITIBA - PR
 FONTE: RAFAEL LORENZETO DE ABREU - GNU FREE DOCUMENTATION LICENSE (2006).

Fazendo parte do grande norte do estado, juntamente com o norte Velho, ou também chamado de norte Pioneiro e o norte Central, temos a última mesorregião formadora da região norte, o norte Novíssimo do Paraná.

Finalmente, a última sub-região que compreende a formação da área norte do Paraná se estende geograficamente pelas curvas do rio Ivaí (FIGURA 1) ao rio Paraná (FIGURA 1) e pelo flume do Piquiri (FIGURA 1).

Esta região foi colonizada, majoritariamente, entre os anos de 1940 até fins dos anos de 1960, sendo assim, pode-se observar em relação a suas delimitações geográficas aqui citadas, a formação do norte Novíssimo do Paraná, composto por três microrregiões, que são elas: Cianorte, Paranavaí e Umuarama.

Sendo assim, pela região em vermelho apresentada pela (FIGURA 4), tem-se a formação desta última mesorregião, completando assim as três sub-regiões que formam o que se chama de norte do Paraná.

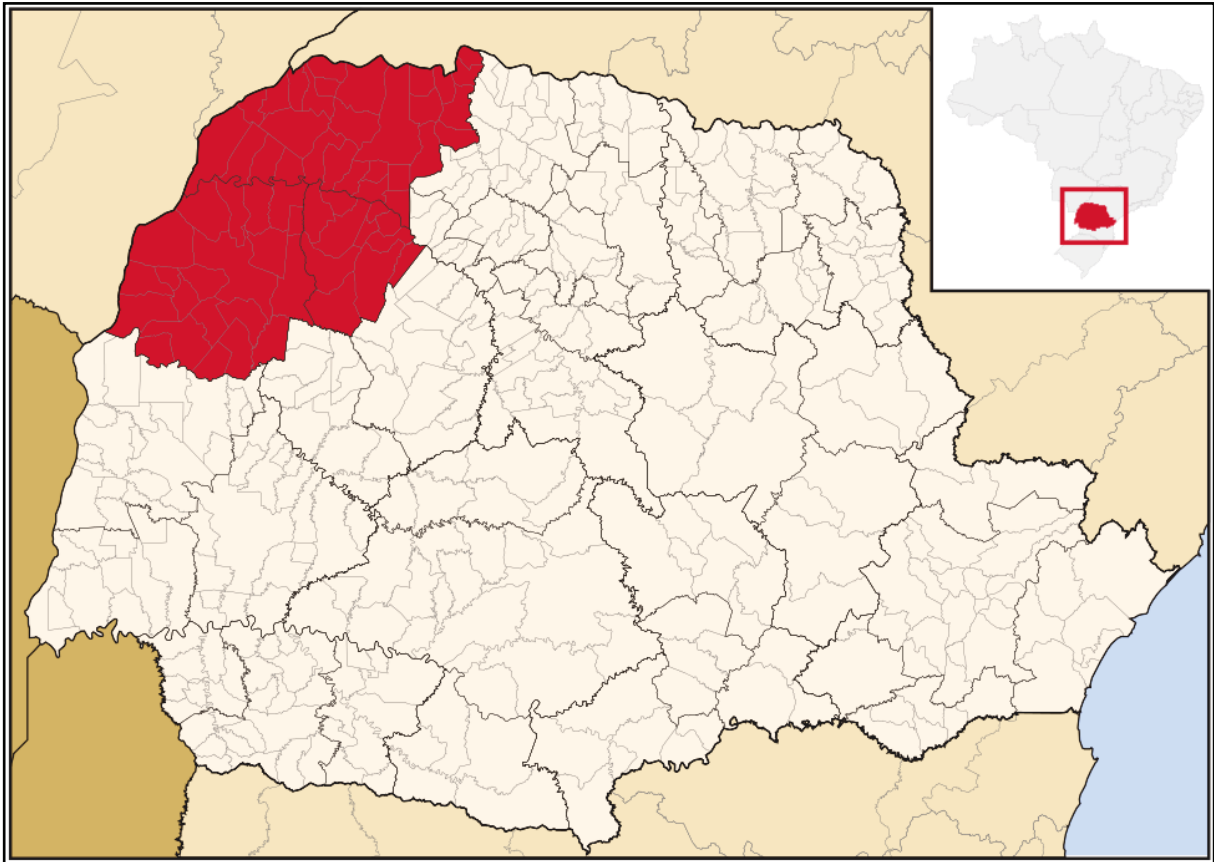


FIGURA 4 - MAPA DA MESORREGIÃO NORTE NOVÍSSIMO DO PARANÁ- CURITIBA - PR
 FONTE: RAFAEL LORENZETO DE ABREU - GNU FREE DOCUMENTATION LICENSE (2006).

Somando um total de 61 municípios instalados nesta região atualmente, que são eles: Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Jupurá, Jussara, Rondon, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Tuneiras do Oeste, Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaçá, Inajá, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Morador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranaíba, Platina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara, Terra Rica, Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altônia, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira, Umuarama e Xambê.

Conforme os mapas apresentado acima, é possível verificar as fronteiras delimitadas pelos rios para a formação das três diferentes regiões que compreendem o norte do Paraná. Sendo assim, de acordo com os rios apresentados

Totalizando 186 municípios atualmente na região, contra 169 cidades até o ano de 1960, como pode-se verificar no (ANEXO 1) e mais de 71.000 hectares de área, numa população total de mais de 1.800.000 até 1960.

Portanto, à região física - isto é, à unidade geográfica, determinada especialmente pelos fatores climáticos, pedológicos e hidrológicos - deve-se associar a região econômica, caracterizada pela relativa homogeneidade da estrutura ocupacional da população ativa. Assim, entende-se neste trabalho como região norte paranaense a delimitada no mapa 5, compreendendo os 172 municípios relacionados na tabela 2. A ocupação⁸ dessa extensa área deu-se inicialmente de forma lenta e por meio de iniciativas oficiais. Mas, a partir da segunda metade da década dos vinte, ocorreu de maneira sistematizada e bastante rápida. (PADIS, 2006, p. 132).

Como citado por Padis, o (MAPA 5) referente a citação acima é correspondente a (FIGURA 5) e a tabela 2 encontra-se nos anexos deste trabalho, mostrando todas as cidades compreendidas pelo norte do Paraná, cidades estas formadas até o ano de 1960.

2.1 O SISTEMA DE TRABALHO NAS LAVOURAS DE CAFÉ E AS CARACTERÍSTICAS DESTE TRABALHADOR RURAL

Com o decreto de fim do tráfico negreiro em 1850, foi proclamado também a Lei de Terras, que passaria a organizar e regular a maneira como as terras seriam concedidas.

No período Colonial, eram feitas através da concessão de sesmarias, fato que foi suspenso com a independência do país. Esta nova lei descrevia que as terras públicas só poderiam ser concedidas através da compra, não mais por sesmarias. De acordo com isso, a lei protegeria os fazendeiros e burgueses, pois impediria que os escravos libertos e imigrantes aqui chegados pudessem ter um pedaço de terra cedido pelo Estado.

⁸ Sobre o processo de ocupação do norte paranaense, ver: a) BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das "frentes pioneiras" no estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, v.15, n.3, p. 335-384, jul./set. 1953. b) WESTPHALEN, Cecília Maria; PINHEIRO MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra do Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba; UFPR/Departamento de História, n.7, p.1-52, 1968. c) VIDGAL, Cássio. Contribuição para o estudo de uma região do Paraná. Revista do Ateneu Paulista de História, n.6, p.60-67, 1969; n.7, p.115-130, 1970. d) CAMARGO, José Francisco. As migrações internas do Brasil. Inédito, datilografado. p.113-181.

Segundo Moraes e Franco⁹ (2005, citado por CHIES e YOOKO, 2012) A Lei de Terras representou grande tática dos latifundiários, na defesa de seus interesses. Ela impedia que os escravos livres e os imigrantes se instalassem, como posseiros, nas terras do Oeste. Implantava um mercado capitalista de terras, elitizando, consolidando a estrutura de grandes propriedades na região do café. (CHIES e YOOKO, 2012, p.31).

Esses dois anúncios foram feitos no mesmo período pois, com o fim do tráfico a mão de obra cafeeira tornou-se limitada, posto isso era preciso que o Estado garantisse os privilégios dos donos das terras e destinasse os escravos, agora libertos e imigrantes as lavouras de café.

Por um grande período de tempo o café foi o principal artigo gerador de riquezas para o Paraná, dando possibilidade para que o trabalhador rural se fixasse no campo. Além de tudo ajudou no êxito do modelo de colonização apresentado, tornando os pequenas e médios lotes economicamente viáveis, em uma época onde existiam poucas alternativas agrícolas.

Ademais, o Brasil estava enfrentando uma onda migratória, com destaque para japoneses e europeus no norte do Paraná, como esses estrangeiros chegavam ao país sem posse alguma, a Lei de Terras vinha a contribuir mais ainda para estas pessoas serem destinadas ao trabalho nas lavouras, principalmente no regime de colonato.

Segundo Moraes e Franco¹⁰ (2005 citado por CHIES e YOOKO, 2012) A imigração em massa foi a solução encontrada pela burguesia cafeeira para o grave problema de mão-de-obra. [...] Na década de 1880, começou a imigração em grande escala. Nas fazendas, organizava-se o sistema de colonato, uma forma de trabalho semi- assalariado.(CHIES e YOOKO, 2005, p. 31).

Este modo de trabalho do agricultor é muito conhecido, de características marcantes como a permissão dos patrões para que estes plantassem produtos de subsistência nos intervalos dos cafezais, caso estes sejam novos pois apresentavam terra mais fértil para tal do que em cafezais mais antigos, onde em um outro lote separado da lavoura era permitido o cultivo. Com isso o colono tinha a possibilidade

⁹ MORAES, A.; FRANCO, P. S. S. **Geografia econômica**: de colônia a colônia. Campinas: átomo, 2005, p.59.

¹⁰ MORAES, A.; FRANCO, P. S. S. **Geografia econômica**: de colônia a colônia. Campinas: átomo, 2005, p.59.

de se manter e ainda vender o pequeno excedente.

Apesar de ter um pagamento mensal fixo pelo cuidado do cafezal, havia também um pagamento variável de acordo com a produção dos alimentos ali cultivados, deixando assim, bem clara as diferenças dessa modalidade com a de um simples trabalhador assalariado do regime capitalista.

O colono plantava as mudas, e cuidava dos pés, durante cinco anos [...]. Não recebia pagamentos em dinheiro pelo serviço. Podia usar as “ruas” do cafezal para a sua subsistência e ficava com as duas primeiras colheitas de café. (MORAES e FRANCO, 2005, p. 59).

Outro regime empregado nas lavouras de café é o de parceiros, que são trabalhadores rurais sem capital algum para produzirem no campo, portanto o proprietário da terra fornecia a terra e o capital e o trabalhador oferecia a força do seu trabalho e de seus familiares em troca.

Era feito um contrato com o parceiro, dependendo do número de familiares que iriam trabalhar com ele, então era concedido uma quantidade de pés de café para que tomassem conta. Dado isso, o parceiro tinha uma porcentagem em cima da produtividade de cada planta, que podia variar de 30% até 50%.

Por simples questão de nomenclatura, o parceiro poderia ser chamado de meeiro, caso a porcentagem de remuneração fosse de 50%, caso não o fosse, sendo assim, se variasse de 30% até 49% ele era nomeado apenas de porcentageiro.

O último tipo de empregado encontrado nas lavouras é arrendamentário. Processo este que consistia em o trabalhador pagar ao dono da terra uma espécie de aluguel, com contrato firmado de um ano corrente, correndo o risco de arrendar um cafezal já produzindo ou não, visto que o tempo de maturação dos cafezais é de aproximadamente dois anos do plantio da muda.

Em relação a nacionalidade dos imigrantes aqui desembarcados, no caso específico do norte do Paraná, os Japoneses foram os mais representativos em termos de volume, mas não se pode esquecer de muitos europeus como os italianos, alemães, húngaros e ucranianos que aqui também se instalaram e fundaram colônias ao longo de todo norte da região paranaense.

Como pode ser comprovado por Salvi (2002), “Em relação aos imigrantes, a vinda dos japoneses foi mais expressiva na região norte.”

Como pode-se observar pela (TABELA 1) na página seguinte, há um número

bem expressivo de japoneses emigrando para o Brasil no ciclo cafeeiro, com destaque para 1924-1934, onde o café começava a despontar no norte do estado, trazendo uma porcentagem de 57,56% de japoneses emigrados em relação ao total do período (1908-1963). E uma nova onda de emigração em 1952-1963, período este conhecido como o auge da produção cafeeira no norte do Paraná, que trouxe 45.650 imigrantes japoneses para o Brasil.

TABELA 1- EMIGRAÇÃO JAPONESA AO BRASIL POR PERÍODO

Total de imigrantes	234.636	100%
1908-1923	31.414	13,38%
1924-1934	135.077	57,56%
1935-1941	22.495	9,58%
1952-1963	45.650	19,45%

FONTE: SUZUKI (1969, P.14).

Neste período de venda de terras pela Companhia de Melhoramento Norte do Paraná, ocorreu uma corrente migratória inimaginável, tanto que foi o maior registro deste índice na história do País.

Na mesma época em que os imigrantes japoneses desembarcavam no norte do estado, a Companhia de Terras Norte do Paraná atuava no desbravamento, povoamento e desenvolvimento dessa região.

Com o auxílio do colonizador Hikoma Udihara, a Companhia ajudou a fundar 31 núcleos japoneses e com isso, surgiram as cidades de Londrina, Assaí, Cambé, Rolândia Marialva, Maringá e Arapongas.

De acordo com Boruszenko¹¹, (1995, citado por RÊGO e YOOKO, 2011) “O Paraná tem hoje a segunda maior comunidade japonesa do Brasil, com cerca de 150 mil japoneses e descendentes, sendo 30 mil na capital, Curitiba, e 120 mil no interior do Estado.”

Pode-se analisar agora, segundo a (TABELA 2), a distribuição geográfica da população japonesa por regiões do estado do Paraná e geração, comprovando o que Boruszenko argumenta.

¹¹ BORUSZENKO, Oksana. **Os Ucrânicos**. Boletim Informativo da casa Romário Martins. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

Foram listados apenas os 10 primeiros lugares em relação aos mais povoados por japoneses, pode-se perceber que dentre esses 10 primeiros lugares até o 7º lugar eles são regiões do norte do Paraná, somado a essas 7 localidades, pode-se adicionar Cruzeiro do Oeste que aparece em 9º lugar da (TABELA 2).

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO POR REGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ E GERAÇÃO

Posição	Região/Estado	Total	Imigrantes	Descendentes
1º	Londrina	26.847	8.092	18.755
2º	Maringá	15.533	4.553	10.980
3º	Cornélio Procopio	8.792	2.591	6.201
4º	Apucarana	7.029	2.040	4.989
5º	Paranavaí	5.394	1.611	3.783
6º	Jacarezinho	3.920	1.259	2.661
7º	Tomasina	3.380	1.022	2.358
8º	Curitiba	3.143	884	2.259
9º	Cruzeiro do Oeste	2.695	926	1.769
10º	Litoral	1.166	389	777
TOTAL	-	78.097	23.421	54.676

FONTE: COMISSÃO DO RECENSEAMENTO DA COLÔNIA JAPONESA. THE JAPANESE IMMIGRANTS IN BRAZIL. TOKYO: UNIVERSITY OF TOKYO PRESS, 1964, P.13-15.

Sendo assim é fácil perceber a importância dessa nacionalidade para a exploração, consolidação e manutenção de toda uma região do estado do Paraná.

A mão-de-obra por eles oferecida, seja pelo sistema de trabalho, principalmente o de colonato ao qual eles se destinavam, pelo de parceria ou pelo sistema de arrendamento, ajudaram no sucesso dos pequenos e médio lotes comercializados na região.

Também contribuíram com a formação das suas próprias colônias, que deram origem a muitas cidades de descendência nipônica no norte do Paraná, como Londrina, Maringá e Rolândia, muito importantes economicamente para a região, atualmente.

2.2 A OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ E A INTRODUÇÃO DO CAFÉ NO ESTADO

Logo nas primeiras décadas do século XX, os fazendeiros de Minas Gerais e de São Paulo já almejavam as novas e férteis terras, localizadas no que seria hoje o território do norte do Paraná, para aumentarem suas propriedades e explorarem a região economicamente. O norte do Paraná nasceu então, como fonte rica e abundante a ser explorada, somada ainda as características peculiares do solo que apresentava terra muito fértil e roxa¹².

O cultivo do café é feito em moldes extrativistas, o que acaba por esgotar muito o solo ao longo do tempo, justificando a necessidade de se buscar novas terras sempre.

A ocupação desta região, ocorreu, principalmente, como uma consequência natural da marcha para o oeste que estava acontecendo no estado de São Paulo e a necessidade da cultura cafeeira de buscar sempre por novas e férteis terras ao longo do seu cultivo.

Porém, se rapidamente avançava, essa nova fronteira agrícola não trazia apenas sucessos. Os primeiros sintomas de enfraquecimento das terras da região de Ribeirão levaram Barbosa Ferraz a transferir-se para o norte do Paraná, lá adquirindo grande área de terras entre Ourinhos e Cambará, onde plantou cerca de um milhão de cafeeiros¹³. (PADIS, 2006, p. 139).

Antes do século XVII o território hoje, formado pelo Paraná estava totalmente excluído de qualquer outro ciclo pelo qual a economia brasileira já havia passado, até então, como comenta Padis, a seguir.

De qualquer forma, é fato inconteste que a ocupação do território do hoje estado do Paraná começou apenas cerca de século e meio após a descoberta do Brasil. Isso leva à conclusão fácil de que, pelo menos de forma direta, o Paraná em nada participou do ciclo da economia açucareira, senão como fornecedores de uma parte de índios escravizados e que foram vendidos para trabalharem nos engenhos, pois “sabiam os padres que de

¹² O latossolo roxo, também conhecido por terra roxa, é um tipo de solo vermelho muito fértil, caracterizado por ser o resultado de milhões de anos de decomposição de rochas basálticas. Essas rochas basálticas, pertencentes à Formação Serra Geral, se originaram do maior derrame vulcânico que o planeta já presenciou, causado pela separação do antigo supercontinente Gondwana nos atuais continentes América do Sul e África, na Era Mesozóica. É caracterizado pela sua cor avermelhada inconfundível, devida à presença do mineral magnetita, um óxido de ferro.

¹³ Cf. VIDGAL, p.119.

Santos partiria um navio cheio de “peças” destinadas às lavouras de Pernambuco”.¹⁴ Isto serve para indicar que, até os meados do século XVII, o Paraná estava totalmente na periferia do sistema econômico brasileiro. (PADIS, 2006, p.50).

Porém, além das terras atraentes e a pouca atividade nela exercida, para esta ocupação, de fato ocorrer, tanto em questões econômicas quanto de infraestrutura, era preciso um grande investimento, ou seja, era necessário capital. Era preciso a abertura de estradas, por exemplo, para viabilizar a exploração dessa nova região.

Esses recursos para os investimentos, que se faziam necessários para a região prosperar, foram disponibilizados por bancos estrangeiros, principalmente os ingleses. Não só dos bancos vieram o capital, mas também do fracionamento das terras que haviam sobrados após as melhores terem sido previamente separadas. Essas terras foram vendidas para os colonos paulistas, mineiros e imigrantes, todos eles com grandes expectativas em relação as terras e ao lucro advindo do preço do café, que eram bem satisfatório desde o Convênio de Taubaté¹⁵.

Apesar da colonização do norte do Paraná, e o surgimento de Londrina e Maringá, cidades importantes desta região, terem sido resultante de uma marcha de expansão do café, ele não foi a única, muito menos a primeira atividade de exploração econômica da região, houve a criação de suínos, por exemplo.

Os suínos eram criados soltos em meio a plantações, quando está estava em fase de colheita já, modelo de criação conhecido como safrista devido a característica própria ao método. Essa atividade econômica era muito explorada no norte Velho, que compreende as regiões entre Ribeirão Claro e São José da Boa Vista. Foi importante para região pois necessitava, sempre, de terras isoladas e férteis, o que acabava por provocar um certo tipo de deslocamento em busca de novas terras. Feito um comparativo, pode-se dizer que os safristas eram como os bandeirantes, acabaram desbravando a região para os futuros agricultores do café, o que também foi a alternativa econômica que eles acabaram seguindo após a decadência econômica das suas atividades.

¹⁴ Cf TAUNAY, p.53.

¹⁵ O Convênio de Taubaté foi um acordo firmado entre os governadores dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro para proteger a produção brasileira de café, que passava por um momento crítico, de preços baixos e prevendo a colheita de uma safra recorde. O convênio estabelecia preços mínimos para a compra do excedente pelos governos.

A região passou por grandes transformações com o aparecimento do café. O impacto social e econômico trazido pela produção cafeeira pode ser comparado ao impacto do ciclo do ouro na região de Minas Gerais no século XVIII ou, até mesmo da cana-de-açúcar no Nordeste do período colonial.

No norte do Paraná, o café transformou a região, o que antes era apenas um vazio demográfico prosperou em regiões urbanizadas, surgindo até, alguns municípios em decorrência do plantio. Além disso, atraiu várias ondas migratórias, tanto de mineiros e paulistas, como de imigrantes europeus e asiáticos, que juntos construíram uma região com uma especificidade cultural única.

De um modo geral, toda a penetração populacional, com a finalidade de ocupar o território, é movida fundamentalmente pela atividade econômica, ou seja, a fixação de núcleos populacionais em determinadas áreas é possível e subsiste, se houver uma atividade econômica que a sustente e se estabeleça em caráter permanente. (PADIS, 2006, p.71).

As terras do norte do Paraná atraíram os produtores de café de São Paulo e Minas Gerais, pois estes estavam sempre, na constante busca por perspectivas de lucros. A descoberta das novas terras para o cultivo, foi uma mera consequência da “marcha para o oeste”, marcha esta, resultante da exploração de terras em busca de mais lucros com o café, além da constante necessidade de solo fértil para o cultivo do grão, isso trouxe os paulistas até fronteira com o que seria então, o norte paranaense.

Segundo Padis (2006, p. 138), “nas três últimas décadas do século XIX, o movimento ocupacional do norte paranaense tomou alento. Em meados da década dos sessenta do século passado, a cafeicultura paulista já estava próxima dos limites do estado.”

Mas, mesmo depois da descoberta das terras férteis do norte do Paraná, a expansão da produção de café foi possível não só por conta das terras ou preços favoráveis, mas também pela soma de alguns outros fatores como: política econômica governamental, escoamento da produção pelas ferrovias que, agora, chegavam ao estado, a facilidade de aquisição de terras entre outros, que acabaram por atrair mais ainda os agricultores exploradores da economia cafeeira.

Somando essas vantagens, vê se formar a base para uma nova forma de exploração das terras. Para Cancian (1981, p.11), “as duas conjunturas de preços favoráveis e de utilização máxima da terra, respectivamente de 1906 a 1929, de

1945 a 1960, identificadas pela Autora, foram responsáveis pela inserção do Paraná no cenário da economia nacional.”

Apesar disso, somente essa variável à favor do café não seria o suficiente para explicar o sucesso que foi o café no norte paranaense.

Muitos vêem a cafeicultura paranaense como o resultado da marcha para o oeste, mas foi algo muito além disso.

É inegável a importância que o cultivo do café teve para a exploração de novas terras no Paraná, mais precisamente em sua região norte. Qualquer cultura ou atividade econômica, capaz de garantir o sustento populacional e se fixar de forma permanente consegue ter esse poder de povoamento em regiões antes inabitadas.

2.3 DADOS POPULACIONAIS DO NORTE DO PARANÁ

Dado a formação e delimitação geográfica da região norte do Paraná, o sistema de trabalho nas lavouras de café e as características deste trabalhador rural aqui encontrados, cabe agora apresentar alguns dados em relação ao crescimento da população nesta área ao longo de seu desbravamento e povoamento.

O que se entende por população do norte do Paraná é todo e qualquer cidadão que ocupe a região compreendida pelas três mesorregiões apresentadas a pouco, ou seja, a soma de habitantes que vivem em áreas cafeeiras no norte pioneiro, norte novo e norte novíssimo.

Segundo o IBGE, os municípios do interior do Paraná apresentaram um crescimento surpreendente de 1920 até 1970, como pode ser observado pelo (GRÁFICO 1), a seguir.

Com destaque para a variação apresentada entre 1960 até 1970, de 192% em um período de 10 anos, como pode-se observar pela última coluna no (GRÁFICO 1) apresentado na página seguinte.

Vale ressaltar que a explosão em termos de desenvolvimento e atração populacional para o Paraná e a região norte, ocorreram em 1960, período também responsável pelo auge da produção cafeeira no estado, onde este ultrapassou o principal produtor até então, o estado de São Paulo.

Além disso, o (GRÁFICO 1), que apresenta o crescimento no interior do Paraná, serve para ressaltar que o que ocorreu com a região norte do estado, nada mais é do que um reflexo que estava sendo observado em todas as cidades do interior.

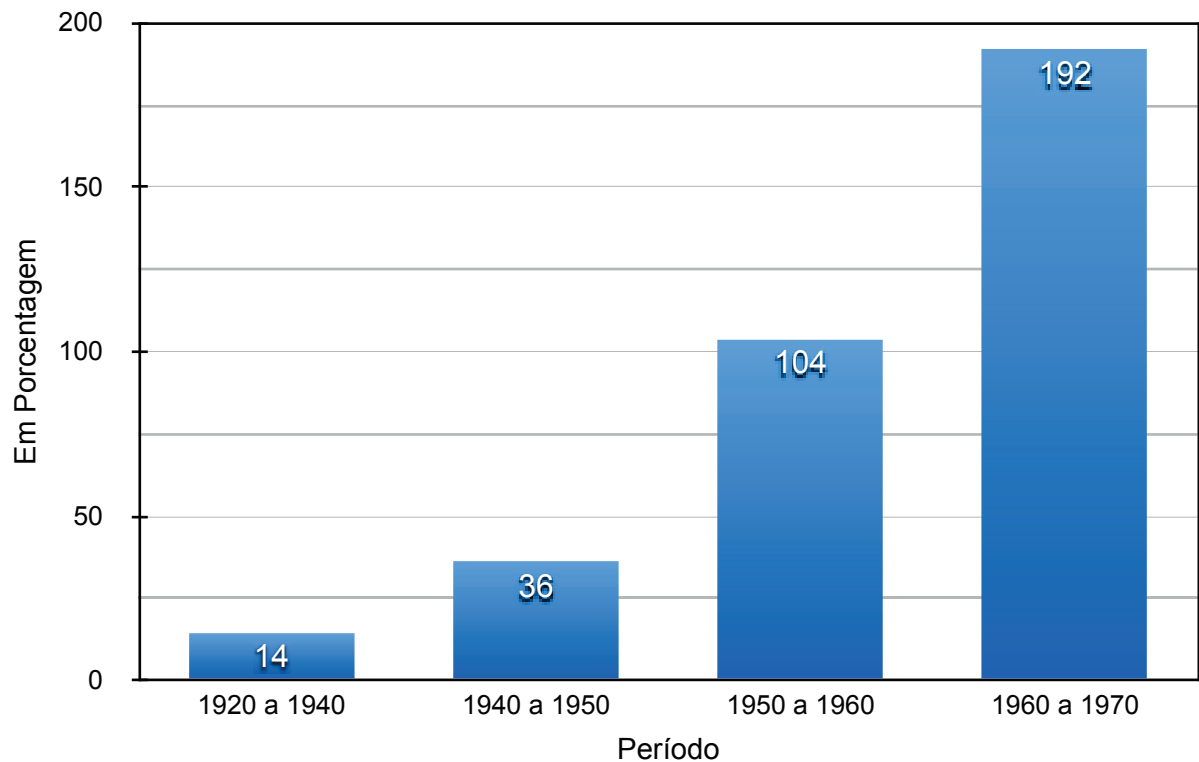


GRÁFICO 1 - CRESCIMENTO DOS MUNICÍPIOS NO INTERIOR DO PARANÁ - 1920/1970
 FONTE: IBGE (2005).

Em se tratando de dados populacionais, o norte do Paraná apresentava 1 milhão e 800 mil habitantes no início dos anos 60, como pode ser comprovado pelo (ANEXO 1) que contém dados de população por cada cidade que compunha o norte do Paraná até o início do decênio.

O marco de 4 milhões 428 mil habitantes só foi alcançado após o período de grande desenvolvimento enfrentado pela região nos finais dos anos 60, ou seja, após o período de ápice que o ciclo cafeeiro enfrentou em todo o estado.

Em se tratando do crescimento populacional do Paraná, o IBGE nos apresenta os dados de acordo com a (TABELA 3) que pode ser observados na página seguinte, mostrando a porcentagem deste crescimento ao longo dos anos, em um período que vai de 1920 até 1970.

TABELA 3- CRESCIMENTO POPULACIONAL NO PARANÁ - 1920/1970

Ano	Crescimento Populacional (%)
1920 a 1940	470
1940 a 1950	290
1950 a 1960	270
1960 a 1970	171

FONTE: IBGE (2005).

Esses dados se confrontados com o que estava ocorrendo com o norte do estado nesta época, só vem a confirmar a explosão demográfica na região. Foi possível registrar as mais altas taxas de crescimento, até se tratando em termos de Brasil.

Compondo parte da população desta região encontram-se muitos imigrantes, vindos da Europa e principalmente do Japão, auxiliando ainda mais no crescimento demográfico desta área.

Apesar de em 1940 estarem concentrados apenas 340.499 habitantes, o que correspondia na época a 27,5% da população no Paraná, foi na década seguinte que esta área chegou aos 1 milhão 29 mil e 25 cidadãos, o que nos mostra um aumento de 202,2 por cento neste período, o que aumentou também a sua representação no total do estado, passado para quase metade (48,6%) dos habitantes no estado.

Em 1950 pode-se verificar novamente, um crescimento populacional, apesar de menos intenso que na década passada. O censo demográfico do IBGE de 1960, aponta que haviam 1.843.679 habitantes, o que passa a representar 43,1 por cento da população do Paraná. Apesar de a representatividade total do norte cair em relação ao estado, o IBGE relatou que houve um crescimento global de 79 por cento de uma pesquisa para outra.

Portanto, apesar do crescimento demográfico desta região ter aumentado ao longo das décadas, percebe-se que sua participação relativa na representatividade do total do estado caiu entre os censos. Este fato pode ser explicado por uma concentração do fluxo populacional que nos anos de 1950 começou a atingir o sudoeste do Estado.

2.4 AS ESTRADAS DE FERRO E O DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ

Dado a necessidade de investimentos em infra-estrutura, as estradas de ferro tiveram um papel importante na ocupação e facilitação do desenvolvimento do norte do Paraná. Não apenas conectavam um vazio demográfico mas possibilitavam o desenvolvimento de novas regiões e serviam como rotas de escoamento da produção ao porto de Santos, por exemplo.

Uma das linhas importantes foi a Estrada de Ferro Sorocabana que surgiu quatro anos após a chegada de um empresário austro-húngaro ao Brasil, em 1866.

Luiz Matheus Maylasky, quando chegou em Sorocaba virou gerente de uma fábrica de algodão local e tornou-se sócio tempo depois. Devido a um desentendimento com Itu, que já possuía estrada de ferro e pretendia ligar-se a Sorocaba, o empresário em consenso com a população local decidiu construir a própria ferrovia que interligaria a cidade a São Paulo, em 1870.

A expansão cafeeira para o norte do Paraná foi despertada pela aproximação dos trilhos da Sorocabana, beneficiando mais à população paulista circunvizinha do que ao restante da população paranaense concentrada na região sul do estado. No Paraná, repetiu-se a mesma contingência que Roberto Simonsen havia detectado para São Paulo: “Enquanto a rede ferroviária fluminense foi servir zonas já produtoras, a rede paulista, ao invés, foi como as despertar”. (CANCIAN, 1981, p. 11).

Uma companhia muito importante, a *Brazil Railway Company* era uma empresa de capital americano, do setor ferroviário e foi estabelecida no começo do século XX. Em apenas uma década já controlava praticamente metade da malha ferroviária existente no País, cerca de 11 mil quilômetros, dentre essa malha algumas eram de grande magnitude para o norte do Paraná.

O dono da companhia era Percival Farquhar, um americano, que detinha o controle não só de empresas de operação ferroviária mas também do ramo da navegação, portos, serviços de bondes além de indústrias de colonização até empresas de energia e telefonia.

Algumas das estradas de ferro que estavam sob o controle da companhia eram: a Estrada de Ferro Sorocabana, Estrada de Ferro do Paraná, Estrada de Ferro do norte do Paraná, Estrada de Ferro Paulista S/A e a companhia Mogiana de

Estradas de Ferro, destacadas estas pela sua importância direta para o desenvolvimento da região norte.

Na (FIGURA 6), logo a seguir, pode-se perceber a extensão da malha ferroviária da *Brazil Railway Company* em 1913, dando destaque especial para o Paraná e as estradas de ferro que partem de Sorocaba e fazem a ligação com a região norte do Paraná e as ligações existentes com os portos de Santos e de Paranaguá, além do destaque para as linhas já citadas as cima, que podem ser encontradas na (FIGURA 6).



FIGURA 6 - MALHA FERROVIÁRIA DA BRAZIL RAILWAY COMPANY EM 1913

FONTE: LLOYD'S GREATER BRITAIN PUBLISHING COMPANY, LTD - LLOYD'S GREATER BRITAIN PUBLISHING COMPANY, LTD (1913).

No fim dos anos de 1917 a empresa controladora desses trechos ferroviários e tantos outros no Brasil a fora entrou em situação de concordata, sendo suas atividades repassadas para o controle do Estado.

Antônio Barbosa Ferraz, a partir de 1920 liderou um grupo econômico que iniciaria a construção de uma estrada de ferro, que partiria de Sorocabana em Ourinhos - SP, passaria pelo norte do Paraná e cruzando a fronteira chegaria até o Paraguai. Esta ferrovia trouxe novo fôlego para a colonização.

Um projeto muito semelhante desta ferrovia, já havia sido esboçado e apresentado pelo Barão de Mauá, ainda no século XIX, para investidores e empresários ingleses, que, coincidentemente acabaram comprando a Sorocabana e construindo ela.

Além do norte do Paraná ter várias estradas de ferro ao seu serviço, outro fator que possibilitou a expansão e criação de novas linhas para esta região foi a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que ficou responsável por levar as linhas férreas cada vez mais ao oeste do estado, garantindo assim o desenvolvimento e infra-estrutura para as terras das quais vendiam para colonização, era um dever desta companhia realizar tal feito em troca das terras adquiridas pelo Estado para loteamento.

Ao se tratar dos portos de embarque, para escoamento da safra, o porto de carga de Santos era de suma importância para o País, pois era responsável pelo escoamento de quase dois terços da produção nacional destinada para a exportação.

Em 1927, dada esta grande dependência com o porto de Santos era necessário uma nova ligação ferroviária, já que Mato Grosso, todo o estado de São Paulo, Sul de Minas, Goiás e o norte do Paraná ficavam dependentes das estradas de ferro Mojiana, Paulista, Noroeste, Sorocabana, São Paulo, Rio Grande e outras linhas secundárias que faziam o transporte da produção até desembocar na linha férrea controlada por uma companhia inglesa, a *São Paulo Railway*.

Desde o final da década de 1890, vários protestos despontaram contra o monopólio existente na trajetória que levava ao porto de Santos pelos britânicos da *São Paulo Railway Company*. Porém, a vontade e coragem de empreender do povo de Sorocaba fez nascer com muito sucesso um ramal, conectando assim, a sua estrada de ferro ao porto de Santos, sendo o primeiro trecho já inaugurado em 1930.

Então em 27 de novembro de 1937 o porto de Santos foi conectado ao planalto e à Sorocabana, de uma forma direta com a Noroeste, Brasil-Bolívia, Viação Férrea Paraná-Santa Catarina, Companhia Mojiana de Estrada de Ferro, São Paulo a Goiás, finalizando o monopólio da *São Paulo Railway*.

3 O DESENVOLVIMENTO DO CAFÉ NO PARANÁ

As condições favoráveis, sejam elas em relação a terra fértil, o clima propício, as terras ainda não exploradas, ou até mesmo as vantagens políticas trazidas especialmente pelo convênio de Taubaté, também acrescido das facilidades alcançadas pela chegada dos trilhos da estrada de ferro de Sorocabana e as estradas de ferro de São Paulo, o desenvolvimento do norte do Paraná fica parecendo como algo natural de se ter ocorrido, e o café um mero agente desbravador desta região.

Vale destacar também a importância das companhias colonizadoras, como a Companhia de Terras Norte do Paraná, que juntamente com o governo do Estado proporcionou que o café tivesse condições de crescer e se desenvolver ao longo do norte do estado. Mais detalhes sobre as companhias de colonização serão apresentadas a seguir, na seção 3.3 deste mesmo capítulo.

Mesmo o café sendo o responsável majoritário pelo desenvolvimento das terras do norte do Paraná, ele foi introduzido no estado como uma economia em substituição a um outro cultivo muito comum à região, o mate. Devido a sua relevância a próxima seção irá tratar deste ciclo econômico muito importante para o Paraná antes do ciclo cafeeiro.

3.1 SUBSTITUIÇÃO DO MATE PELO CAFÉ

Não é de se espantar que o mate tenha desenvolvido seu ciclo econômico nas terras paranaenses, pois Segundo Francisco¹⁶ (2006, citado por RÊGO e YOKOO, 2011), a erva-mate é uma "planta nativa do solo dos planaltos e planícies meridionais do continente latino americano".

Com isso o ciclo da erva-mate (1880 até 1930) foi o responsável pela formação das primeiras indústrias no Paraná, desencadeando assim o processo de urbanização desta região, mas mesmo resultando em tanto desenvolvimento

¹⁶ FRANCISCO, Marli. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED-PR, 2006. (pág. 237)

econômico e social, este ciclo se esgota e chega ao fim para dar início a um outro ciclo que irá trazer um produto mais atraente ainda para os fins de cultivo, desenvolvimento econômico e social, o café.

O mate sendo originário desta área, costumava existir em quantidades abundantes pelo estado, situação que já não acontecia com o café, pois este foi introduzido na região por conta dos latifundiários mineiros e paulistas, além disso a erva era produzida, primeiramente, para o consumo interno, mas acabou ganhando mercado, no começo do século XVIII, e transbordando sua exploração a nível de comércio nacional e internacional, exercendo influência na economia do Paraná a partir de 1722.

Sua expansão, de produção local e de consumo interno para principal produto de exportação do Paraná no século XIX, trouxe ganhos estruturais e econômicos para o estado, como a criação de estradas de ferro, portos dentre outros atraídos por conta do ciclo ervateiro.

Como confirma PADIS (2006, p.102) "Não obstante ainda se constituir na atividade mais importante do estado, a partir de 1914 o mate vai perdendo sua condição de atividade condutora da economia, dando lugar a uma participação cada vez maior do café."

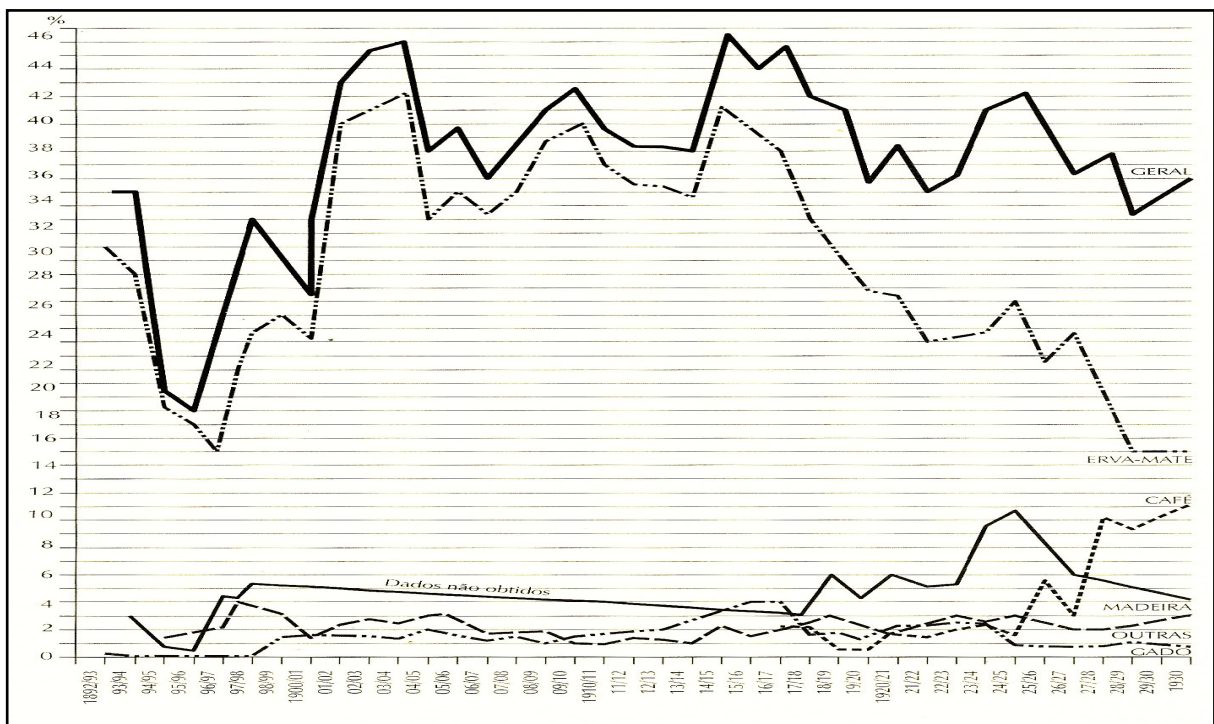


GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO IMPOSTO SOBRE EXPORTAÇÃO NA RECEITA ESTADUAL - 1892/1930
 FONTE: PADIS, 2006 (PÁG. 93).

Pode-se perceber essa mudança de culturas pelo (GRÁFICO 2) da página anterior, que mostra a participação relativa do imposto sobre a exportação na receita do estado, confirmando a queda natural do cultivo da erva-mate e ascensão do café.

Após atingir o auge, o ciclo do mate começa a entrar em declínio, como pode-se observar segundo Rêgo e Yokoo (2011, p.8), "No entanto, com a crise de 1929, período que também ocorreu a queda da Bolsa de Nova York, a erva-mate foi aos poucos sendo substituída pela madeira e pelo café." Sendo o café predominantemente encontrado no norte do estado e a Madeira na região sudoeste.

Esse de características sazonais agora é trocado por uma planta que oferece a opção de cultivo durante o ano todo, além disso, as diferenças entre os dois produtos agrícolas são muito maiores, como por exemplo o mate, que era cultivado nos padrões de uma atividade extrativista, o que gerava uma baixa produtividade e pouco uso da tecnologia em seu cultivo. O café já apresentava produtividade maior devido seu tipo de exploração ser no método capitalista, fazendo com que o Brasil alcançasse, em 1930, praticamente um monopólio internacional, situação que não foi observada com o mate em termos de Brasil, mas mesmo assim foi muito importante para o desenvolvimento do estado.

E com isso o café vai ganhando espaço de cultivo em terras paranaenses como confirma Padis (2006, p.87), "Embora de significação ainda bastante pequena, um outro produto começa a ser introduzido nos mercados platino e oriental, como sucedâneo do mate: o café."

Outra vantagem que o grão tem em relação ao mate é a ocupação da força de trabalho, devido as características de cultivo a classe trabalhadora consegue se manter ocupada durante o ano todo, enquanto no mate, só era possível seu cultivo entre 6 a 8 meses o que deixava a rentabilidade da economia ervateira irregular, devido os períodos de entressafra, e baixa pela forma como era cultivado, forma de extrativismo e não nos padrões capitalistas como foi citado acima, e o período de cultivo, levando ao ervateiro, a necessidade de complementar sua renda com outras atividades, seja por meio do cultivo de uma outra lavoura ou pela criação de algum tipo de animal.

Além disso, o tipo de mão-de-obra utilizada para o cultivo da erva-mate no começo era a escrava, mas a partir de 1873, quando ocorreu o processo de industrialização no estado do Paraná, a mão-de-obra foi, aos poucos, sendo

substituída pela classe operária e pelo grande número de imigrantes que aqui chegavam.

É portanto possível dizer que - ao lado do café - o mate, apesar da pequena expressão, foi um dos raros produtos de exportação brasileiros que experimentou, durante a primeira metade do século passado, uma situação favorável. Dessa forma, é bastante provável que as transformações por que passou o Paraná, e especialmente a cidade de Curitiba no período que vai de 1820 a 1850, se deram, em grande parte - se não no todo - devido à evolução favorável da economia ervateira. (PADIS, 2006, p. 79).

O café também produziu economias externas, possibilitando o desenvolvimento de escolas, armazéns, rodovias, ferrovias, bancos e demais economias ligadas à infra-estrutura e desenvolvimento. No mate o seu efeito sobre as economias externas era visivelmente menor, mas contribuíram para ampliar a urbanização, como a colonização do norte do Paraná fazendo do café uma economia mais vantajosa.

O café veio como substituto ao mate, não só pela sua cultura que pode ser cultivada o ano todo, diferente do mate que só pode ser produzido em um determinado período do ano, mas também pelas vantagens políticas que o estado oferecia para novos produtores, como o Convênio de Taubaté.

Em conclusão, Padis (2006, p. 240) alerta para a atual importância desse ciclo na economia paranaense, "Já vão longe os dias em que esse produto tinha uma importância vital na economia do Estado. Hoje, se ela desaparecer totalmente, pouca diferença fará, exceto para os que vivem de sua coleta."

3.2 O CONVÊNIO DE TAUBATÉ

Desde meados do século XIX que o café havia se tornado o principal produto econômico destinado para o mercado de exportação no Brasil, principalmente para os EUA, garantindo as sustentações necessárias do Estado e da própria economia brasileira. Durante esse período, os cafeicultores conseguiram elevar a produção, principalmente através da expansão da área plantada.

Entretanto, no ano de 1906, os preços internacionais do café sofreram fortes quedas no mercado, causando preocupação aos cafeicultores do Rio de Janeiro,

São Paulo e Minas Gerais, dado os prejuízos iminentes que sofreriam com essa crise nos preços.

Por iniciativa do presidente do estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, o Convênio de Taubaté foi realizado para se encontrar uma solução para o problema da queda de preços, excesso de produção e assim criar uma política de valorização do café.

Em 1905 é aprovada uma lei que permitia ao Presidente da República criar mecanismos de valorização do café. Essa lei autorizava o presidente, em acordo com os estados cafeeiros, a promover a valorização do produto, a regular seu comércio e a tomar medidas a fim de aumentar o consumo. (HADBA, 1994, p. 37).

O Convênio foi estabelecido em 26 de fevereiro de 1906, com o propósito de definir as bases da política de valorização do café, e também oficializar a intervenção do Estado para proteger a elevação dos preços do produto e seu comércio. Nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o acordo limitava o plantio de novos pés de café, permitindo apenas que, regiões ainda não desbravadas tivessem o plantio de novas lavouras de café, como foi o caso do norte do Paraná.

A finalidade desta aliança foi a de proteger a produção brasileira de café, que passava por um momento crítico, onde enfrentava a baixa de preços no mercado internacional e, além disso, a previsão de uma colheita de safra recorde no País.

O acordo foi assinado por três governadores, Jorge Tibiriçá Piratininga, Francisco Antônio de Sales e Nilo Procópio Peçanha, dos respectivos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, no dia 9 de fevereiro do mesmo ano do tratado.

Esta convenção serviu para estabelecer as bases de uma política conjunta de valorização do café, uma política estatal para garantir a rentabilidade da produção cafeeira no Brasil, que buscava estabelecer um equilíbrio entre a oferta e a demanda, por onde o governo interviria no mercado comprando os excedentes dos produtores.

O controle de volume exportado de café ficaria por responsabilidade do Estado, realizando o fluxo para o exterior de acordo com as variações do mercado, buscando, dessa forma, controlar os preços internacionais.

Segundo Holloway¹⁷ e Topick¹⁸ (1978 e 1987, citado por PIRES, 2008), o convênio de Taubaté, talvez, apenas tenha sido o resultado inicial de uma série de intervenções que não deixam de revelar a gradual consciência por parte das elites e a conseqüente reação institucional do governo a este fato”.

O convênio abrangia: preços mínimos para a compra do excedente pelo estado, que a exportação de tipos inferiores de café fosse desencorajada, que fosse melhorada a propaganda no exterior, que se estimulasse o consumo interno e restringisse a expansão das lavouras.

Os recursos para financiarem as compras seriam obtidos por emissões lastreadas em empréstimos estrangeiros, para garantir essa política de valorização, o Estado contrairia um empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas para assegurar a viabilidade da proposta e a amortização dessa dívida seria feita em cima de um imposto que incidiria sobre o café exportado, com seu pagamento feito em ouro com o objetivo de equiparar o valor do empréstimo realizado.

O Governo Federal seria avalista de empréstimos externos feitos pelos estados produtores, desde que estes securitizassem o empréstimo em ouro. Os empréstimos seriam depositados no Tesouro Nacional e liberados de acordo com as necessidades. Baseados neste arcabouço legal os presidentes dos estados produtores reuniram-se, em fevereiro de 1906, em Taubaté, para firmar o Convênio de Taubaté. (HADBA, 1994, p. 37).

Além disso, o governo federal se comprometia com a criação da Caixa de Conversão a fim de estabilizar o câmbio, e assim, a renda dos cafeicultores em moeda doméstica e tinha como função manter o equilíbrio de valorização monetária, com o intuito de não fugir ao controle as conseqüências da política.

Entre os principais pontos do Convênio de Taubaté encontra-se o estabelecimento de um fundo (caixa de conversão) a fim de estabilizar o câmbio. Através da caixa de conversão, esperava-se manter o câmbio em 12 dinheiros por mil-réis, e não nos 16 dinheiros em que se encontrava antes do Convênio. (HADBA, 1994, p. 37).

O convênio deu início à primeira operação de defesa do café, que foi composta por uma política de valorização do produto e outra de estabilização cambial que estava condicionado à aprovação do presidente da República,

¹⁷ HOLLOWAY, T. (1878). Vida e Morte do Convênio de Taubaté. Paz e Terra, São Paulo.

¹⁸ TOPICK, S. (1987). A Presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930. Ed. Record, Rio de Janeiro.

Rodrigues Alves, que na época foi negado, cabendo a cada um dos estados a compra do café excedente. Quando foi eleito o novo presidente, Afonso Pena, a situação mudou, passando para o governo federal o dever de manter a política de valorização do café. Os resultados foram positivos já no primeiro ano, e na década seguinte o lucro conseguido pelos cafeicultores aumentou consideravelmente pela situação de crescimento da compra do produto no mercado internacional.

Apesar do governo estar comprando as sacas que ficavam remanescentes, os governadores decidiram pensar a longo prazo e sanar o problema de excesso de oferta desencorajando os produtores de expandir suas lavouras.

O Convênio de Taubaté previa algumas medidas para impedirem a expansão desenfreada da produção, evitando custos muito altos ao Estado. Mas como os cafeicultores tinham força política, tais medidas não foram seguidas, sendo que o resultado foi o aumento da produção e conseqüentemente, as rendas pagas aos cafeicultores.

Dado os incentivos do governo em financiar a produção, o preço do café era artificialmente mantido no País e em níveis altos, com isso era garantido os lucros dos cafeicultores, que buscavam aumentar a sua produção ao invés de baixar e nisso o Estado ia acumulando dívidas.

Os estoques comprados pelo governo foram mantidos até um momento mais propício para venda do grão, como em 1924, ano também que foi criado o Instituto do Café em São Paulo, passando então a intervir indiretamente.

A maior falha dessa política de valorização artificial do café foi não ter incentivado a diversificação da pauta de exportações brasileiras, por meio de subsídios, para assim aliviar a pressão da oferta interna sobre a tendência da queda de preços verificada na época. Contudo, concorda que tal ação governamental seria bastante dificultada por não corresponder aos interesses políticos predominantes na época, vinculados à exportação do café. (FURTADO, 1991).

O convênio de Taubaté só ajudou a prolongar o ciclo cafeeiro no País, pois com os incentivos pela compra de excesso de oferta pelo governo e a política adotada de valorização do café só fez o fim iminente do ciclo se estender até a quebra da bolsa de *New York*¹⁹ em 1929. Além disso a convenção também serviu

¹⁹ A Grande Depressão, também conhecida por Crise de 1929, ou até quebra da Bolsa de Valores de Nova York, foi uma grande depressão econômica que teve início em 1929, e que se estendeu ao longo da década de 1930, terminando na Segunda Guerra Mundial. É considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX.

para enriquecer os cafeicultores de São Paulo, visto que a safra tinha compra garantida, seja por vias normais ou pelo governo, garantindo altos preços artificiais.

Essa política de garantir os lucros dos cafeicultores através do Estado mostra a verdadeira função do governo brasileiro, o de garantir as condições necessárias para a atividade econômica da classe social predominante.

Os resultados dessa política foram terríveis quando houve a quebra da bolsa de *New York*, em 1929, e a conseqüente queda de preços do produto onde o preço era cotado. Não foi possível conter os preços a patamares aceitáveis. O resultado foi o enorme prejuízo dos cafeicultores e o fim da dominação política exclusiva dos cafeicultores no estado brasileiro.

Como o café era ainda a principal fonte de divisas da economia, era necessário valorizá-lo. A solução foi queimar imensas quantidades do produto. Entretanto, outra conseqüência não foi possível sanar: a dívida causada pela obtenção dos empréstimos nacionais para a política de valorização do café. A dívida externa aumentou consideravelmente no período, cabendo ao Estado arcar com seus custos.

3.3 COMPANHIA DE TERRAS DO NORTE DO PARANÁ

O início da ocupação definitiva do território que corresponde ao norte do Paraná atual se dá após a emancipação do estado da comarca de São Paulo. Dado esse fato, instalaram-se várias colônias, com destaque para a colônia de Jataí em 1853, com o fim militar de fiscalizar o trânsito de tropas e mercadorias entre Mato Grosso e Paraguai.

A colonização prosseguiu no norte do Paraná e se deu de maneira natural e espontânea, como seguindo o curso da ferrovia São Paulo-Paraná até atingir os leitos do rio Tibagi em 1932. De Cambará à Tibagi a maior parte das terras dessa área foi loteada em grandes propriedades particulares, onde alguns proprietários as dividiam em porções menores e vendiam como datas urbanas²⁰ ou estabelecimentos rurais.

²⁰ Terreno tamanho padrão na área urbana.

Mas o principal meio de ocupar as terras foi através de loteamentos de terra comandado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, uma empresa colonizadora inglesa, que foi a maior responsável pela rápida prosperidade e progresso na região norte do estado, claro que somado ao impacto do plantio de café, como resultado natural da expansão da cultura vinda de São Paulo, consolidando-se, assim, como o maior empreendimento imobiliário que se tinha até então.

Sua origem se deu na Inglaterra, no fim da Primeira Guerra Mundial, onde alguns investidores estavam à procura de novas áreas para plantio do algodão, com o intuito de substituir ou complementar as culturas já existentes em suas colônias inglesas, tudo com o objetivo de atender a demanda por algodão que a indústria têxtil britânica tinha na época.

Visto as intenções da Inglaterra em buscas de novas terras para seus negócios, o governo do Brasil convidou investidores ingleses para uma visita no País, dentre os presentes estava Lord Simon Lovat, que ao chegar nas terras do Paraná comprou algumas glebas²¹ de terra para dar início as fazendas de plantação de algodão e beneficiamento através de máquinas, pois ficou impressionado com a qualidade do solo aqui encontrado.

Segundo Ferreira²² (1996 citado por CHIES e YOOKO, 2005) Em 1924, veio ao Brasil uma missão inglesa chefiada por Lord Montagu e tendo como assessor Lord Lovat, que estava incumbido pelos acionistas da Sudan Plantations, de estudar a possibilidade dessa empresa aplicar recursos no Brasil, no sentido de produzir o algodão, que importava em larga escala, para suprir a florescente indústria têxtil inglesa. (FERREIRA, 1996, p.86-87).

Logo então, Lord Simon fundou a *Brazil Plantations Syndicate Ltd.* que acabou não resultando nos planos imaginados inicialmente, devido a baixa dos preços do ativo e a falta de sementes de qualidade no mercado, e em 1925 mudaram os objetivos da *Brazil Plantations Syndicate Ltd.*

Primeiro o nome que passou para *Paraná Plantations* e segundo, os negócios de plantação de algodão, que passaram para o ramo de empreendimento imobiliário. A *Paraná Plantations*, fundada em 1924 por esse nobre escocês, Simon Fraser, o 15 Lord Lovath, foi responsável pela compra de lotes de terras dentro de

²¹ Parcela de solo ou terra apropriada para cultivar.

²² FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Editora MB (Memória Brasileira) Maringá-PR, 1996, p.86-87.

uma faixa de terra que se estendia por onde passavam os trilhos da Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná, nas extensões da linha do trem que passava pelo região norte e Noroeste do Paraná, terras estas que iam muito além dos trilhos, de Jataizinho a Umuarama.

Por problemas financeiros do Tesouro da Inglaterra, com a necessidade de financiar os esforços de Guerra, o Governo Britânico colocou a *Paraná Plantations* para ser liquidada em 1942, além dela algumas ferrovias inglesas no Brasil também acabaram entrando em liquidação, como a São Paulo Railway (Santos a Jundiaí), não ficando nada do capital ferroviário britânico no Brasil.

Surge então a Companhia de Terras norte do Paraná com capital Inglês, mas que foi adquirida por brasileiros, responsáveis agora por esse empreendimento imobiliário e por estender o alcance das estradas de ferro ao longo das terras vendidas.

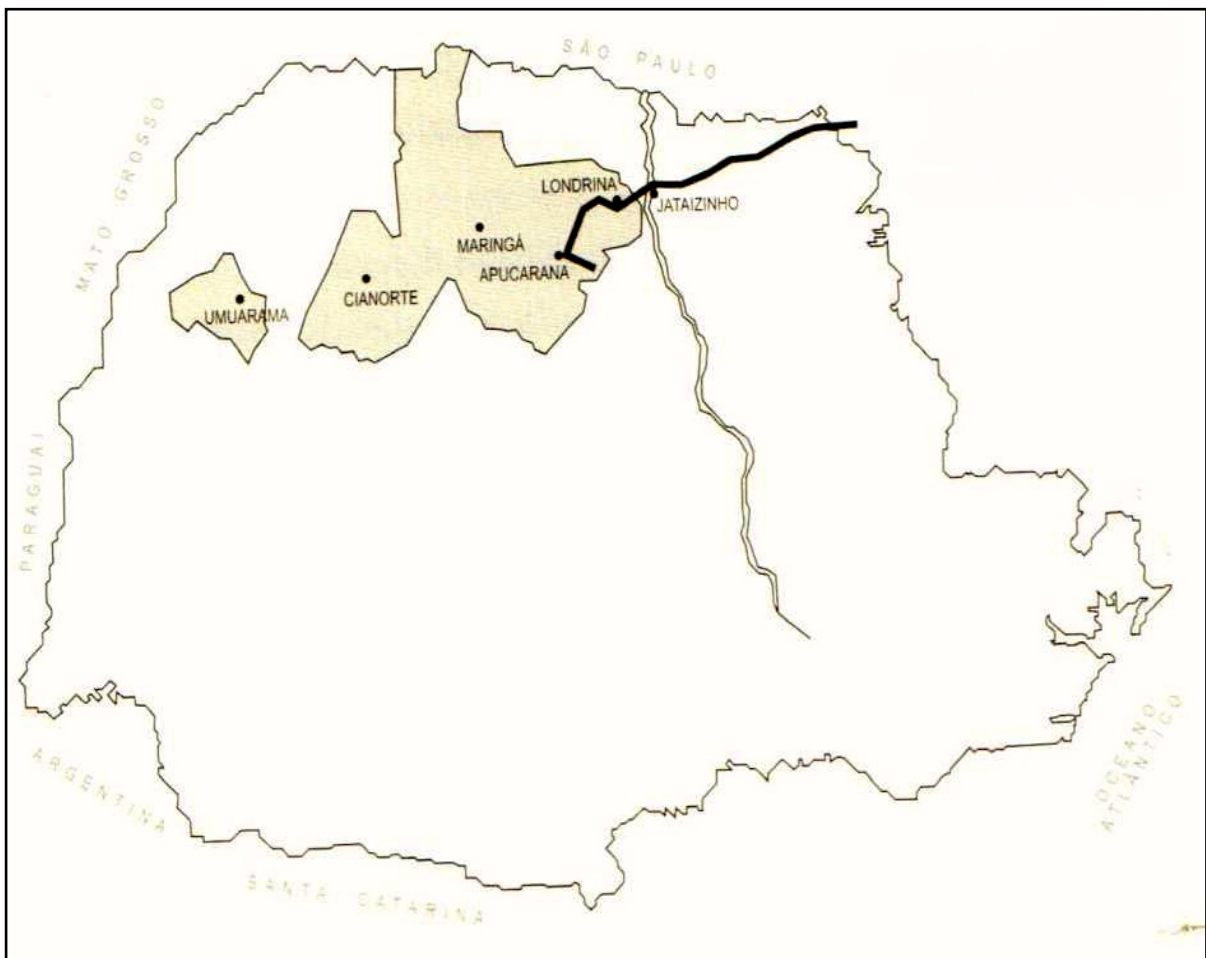


FIGURA 7 -GLEBAS ADQUIRIDAS PELA COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ
 FONTE:PADIS (2006).

Sobre as propriedades de terra da Companhia, em 1925 foram adquiridas mais duas glebas de terra, além daquela primeira em visita do Lord, uma de 100 mil alqueires²³ e outra com 3,5 vezes o tamanho desta primeira área. Entre 1925 e 1928 foram adquiridos mais três glebas, de tamanhos de 30.000, 20.000 e 15.017 alqueires. Até 1928 a região de propriedade da Companhia já atingia 515.017 alqueires, o que representa 6,25% da área total do estado e em 1944, aumentou mais ainda suas posses, passando para 544.017 alqueires, conforme (FIGURA 7) da página anterior.

As terras eram vendidas para agricultores, o pagamento era feito a prazo e com isso foi possível criar uma nova fronteira agrícola no Brasil, cujo primeiro ciclo foi o café, fazendo do norte do Paraná o maior produtor de café do País. O pagamento era feito de uma forma muito interessante, a prazo e com parcelas que variavam de acordo com o ano.

Segundo relato de Hermann Moraes de Barros presidente da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP) e filho do primeiro presidente da Companhia, os interessados visitavam as glebas disponíveis e escolhiam seu lote, regressando logo para fechar o negócio e pagar os 10% exigidos para assegurar a posse da propriedade. Dentro de 70 dias deveriam completar a entrada com mais 20% do total e assinar o respectivo contrato de compromisso.(OLIVEIRA, 2005, p.4).

O que faltava para quitar a dívida de aquisição do lote era pago segundo a regra de 10% ao fim do primeiro ano, valor este considerado baixo pois era o primeiro período de exploração do solo, ficando assim, 20% para cada ano subsequente até completar mais três anos de exploração da terra e sucedâneo fim da dívida e concretização da posse.

Além da facilidade de pagamento, os valores cobrados pela terra eram bem baixos, pois não havia nenhum tipo de transporte pela região, problema que seria resolvido após a aquisição das terras, com a consequente chegada do prolongamento da estrada de ferro, possibilitando o futuro escoamento da produção e valorização dos lotes.

Segundo uma das atribuições da Companhia de colonização ela precisava abrir a ferrovia em direção aos seus loteamentos mais ao longe. Com isso iam surgindo cidades ao longo dos novos trechos construídos, dentre elas Apucarana,

²³ Medida agrária comumente usada na época, podendo variar de 1,21 hectares até 7,26 hectares dependendo do estado e medida padrão adotada pela região.

Arapongas, Cambé, Iporã, Jandaia, Tapejara, Umuarama, Londrina, Rolândia, Maringá, Cianorte, Umuarama e a cidade de Lovat que agora se chama Mandaguari.

No total a Companhia de colonização Britânica foi responsável pela colonização de 546.078 alqueires de terra, o que corresponde a 1 milhão 321 mil 499 hectares²⁴ de área, distribuídos como propriedade de 41.741 compradores, sendo mais de 50.000 lotes agrícolas, variando entre 5 e 30 alqueires para os donos de lotes e chácaras e áreas de 500 metros quadrados distribuídos em 70 mil lotes urbanos. Nesta região foram fundadas 63 cidades, aberto mais de 5 mil quilômetros de estradas vicinais, que eram mantidas pela própria companhia até passarem para o poder público. O resultado foi mais de 1.000.000 de habitantes estabelecidos nesta região de colonização, o que certamente, contribuiu e muito para o desenvolvimento econômico da região norte e Nordeste do Paraná.

Segundo Oliveira²⁵ (2001, citado por RÊGO e YOKOO, 2011) No início da década de 1950, “a Companhia de Terras norte do Paraná já havia comercializado cerca de vinte seis mil lotes rurais, com aproximadamente quinze alqueires paulistas, que mede vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados”. (OLIVEIRA, 2001, p. 32).

A partir de junho de 1929 a Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná passa a fazer parte da Companhia de Terras norte do Paraná, o que deu o ponto de início para o reconhecimento e partição de todos os lotes da companhia e sua integração à economia do Paraná.

Arthur Thomas, foi o diretor responsável pelo planejamento dessas terras, sendo assim, foi ele quem previu a rota das estradas a serem instaladas e do prolongamento das ferrovias. Segundo seu planejamento os lotes rurais que ficassem defronte as rodovias estariam destinados ao plantio de café, os mais afastados e próximos dos leitos de rios seriam destinados a instalações rurais.

Até 1951, a Companhia de Terras manteve a política de colonização dos ingleses, que era desbravamento e uso racional da terra.

Devido a dificuldade de adquirir novas terras com o governo, na tentativa de comprar de uma nova gleba de 100.000 alqueires, a Companhia decidiu diversificar suas atividades, com isso incorporou a empresa, Companhia Melhoramentos, a qual

²⁴ Conhecido também como hectômetro/hectómetro quadrado hm², é uma unidade de medida de área equivalente a 100 ares ou a 10.000 (dez mil) metros quadrados.

²⁵ OLIVEIRA, D. **Urbanização e Industrialização do Paraná**. Curitiba: SEED, p. 32, 2001.

tinha seus negócios relacionados à cerâmica e serraria e seu objetivo era utilizar de seus produtos para facilitar as vendas e a vida dos novos donos dos lotes.

Dado a compra desta nova empresa, o nome da Companhia passa para Cia. Melhoramentos norte do Paraná²⁶.

²⁶ A Cia. Melhoramentos atualmente tem como atividades agrícolas principais:

CANA: Principal atividade agrícola que além das propriedades próprias, tem também terceiros que completam a necessidade de produção de cana-de-açúcar para produção de etanol da controlada Destilarias Melhoramentos S.A.;

PECUÁRIA: Atividade concentrada nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

4 CICLO DO CAFÉ NA ECONOMIA DO NORTE PARANAENSE

Este capítulo irá tratar dos aspectos econômicos do café, como a quantidade produzida, o preço de exportação, a produção em termos de Brasil e comparativamente com o Paraná, dentre outras análises que possam ser atribuídas a este ciclo.

Antes mesmo do café chegar no estado do Paraná, a partir de 1830 as exportações desse grão estavam aumentando, fato que não foi observado com outros produtos, tornando o café uma exceção, pois a economia nesta época apresentava um mercado internacional bem difícil, ainda mais se somados os problemas do tratado de comércio com a Inglaterra, que ocorreu no período anterior ao florescimento das exportações do café (de 1810 até 1827).

Mesmo com a ascendência das exportações do café, o cultivo do grão chegou ao Paraná no século XX (1900-2000), apesar disso, seu desenvolvimento foi lento por toda primeira parte de século (até meados de 1945), muito devido as guerras que ocorreram entre esse período, como a primeira e segunda guerras mundiais, além da quebra da bolsa de Nova York no ano de 1929, atrapalhando assim o comércio internacional, fato que marcou a história do Brasil e o ciclo do café, pois foi por este acontecimento histórico que se deu as queimas de milhares de sacas de café por conta da queda dos preços internacionais, na tentativa do governo conseguir conter o preço do produto que vinha caindo vertiginosamente devido ao excesso de produção e conseqüente falta de demanda.

Somente nas década de 50 e início da década de 60 que o ciclo cafeeiro realmente expandiu no estado, fato que pode ser comprovado pelo aumento da área de cultivo do grão, que chegou a quintuplicar do início de 1950 para início dos anos 60 (passando de 300 mil hectares para 1,6 milhão de hectares). Tudo por conta de incentivos do Estado que favoreciam aumento do plantio, além da alta dos preços nos mercados internacionais e sucedânea queda dos estoques.

(...) sobre o café, na região norte, já que ele significa nada menos que 42 por cento do valor de sua produção, bem como 31 por cento do total da produção agrícola do Estado e realmente conduz a economia paranaense, responsável que é, através do efeito multiplicador, por várias atividades do setor secundário - indústrias alimentícias - bem como por várias atividades

do setor terciário - notadamente, armazenamento e transportes. (PADIS, 2006, pág. 160).

Dado isso, na próxima sessão irá-se tratar efetivamente dos dados econômicos, valores de exportação, quantidade exportada e produzida pelo norte do Paraná.

4.1 DADOS ECONÔMICOS DO CICLO CAFEEIRO NO PARANÁ

O crescente aumento da produção do grão no estado pode ser comprovado através dos dados apresentados na (TABELA 4) na página seguinte, com a produção de café em números contabilizados por mil sacas de 60 kg cada, no Paraná e seu comparativo com o estado de São Paulo e as respectivas representatividades de cada região em termos nacionais, dados em porcentagem.

Como pode observar-se, na (TABELA 4), a produção de café no Paraná não ultrapassava 1% até fim de 1927, quando então atingiu 1,4% em relação a produção total no País. Se comparado a São Paulo, o estado estava ainda muito atrás, pois os fazendeiros da região sudoeste estavam dominando a produção do grão neste período, que atingiu cerca de 67% do total nacional no mesmo ano em que o Paraná bateu a casa de um dígito.

Com a quebra da bolsa de Nova York em 1929, onde o governo brasileiro teve que comprar milhares de sacas de café e manter um estoque muito maior do que a demanda.

Desde 1920, a cafeicultura paranaense vinha em crescente aumento, manifestando oscilações bienais, resultantes, unicamente, da natural alternância entre safras boas e fracas. O movimento ascendente encontra seu ápice em 1939/40, quando a produção física atinge 1.108 mil sacas, ou seja, cerca de 5,8 por cento do total nacional. A partir de então, o tetum do estado passa a decrescer de forma contínua, até atingir apenas 160 mil sacas, não significando senão 1,2 por cento do total produzido no País, em 1943/44. A razão de ser desse decréscimo encontra sua única explicativa nos fenômenos meteorológicos que vieram a prejudicar, consideravelmente a produção. A partir de então, o volume produzido pelo Paraná assume um ritmo vertiginoso que vem praticamente até nossos dias.(PADIS, 2006, p. 169).

Esses e mais alguns dados podem ser confrontados com a (TABELA 4) apresentada a seguir.

TABELA 4 - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ - 1920/1968

ANO	Produção de Café (mil sacas de 60 kg)				
	BRASIL	PARANÁ	PR/BR (%)	SÃO PAULO	SP/BR (%)
1920/21	16,328	70	0,4	10,246	62,7
21/22	12,826	58	0,4	8,198	63,9
22/23	11,798	66	0,5	7,047	59,7
23/24	16,279	53	0,3	10,374	63,7
24/25	14,108	117	0,8	9,193	65,2
25/26	14,852	120	0,8	10,087	67,9
26/27	15,604	120	0,8	9,877	63,3
27/28	26,595	375	1,4	17,982	67,6
28/29	13,188	181	1,4	8,815	66,8
29/30	27,880	596	2,1	19,490	69,9
1930/31	16,085	347	2,1	10,097	62,8
31/32	27,693	604	2,2	18,693	67,5
32/33	16,100	360	2,4	11,689	72,6
33/34	29,276	600	2,0	21,850	74,6
34/35	16,950	260	1,5	11,200	66,1
35/36	20,414	613	3,0	13,497	68,1
36/37	25,455	547	2,1	17,524	68,8
37/38	21,825	1,066	4,9	15,687	71,9
38/39	23,221	579	2,5	15,613	67,2
39/40	19,138	1,108	5,8	12,365	64,6
1940/41	16,456	932	5,7	10,217	62,1
41/42	15,797	836	5,3	9,275	58,7
42/43	13,613	550	4,0	8,528	62,6
43/44	12,160	160	1,3	5,936	48,8

continua

TABELA 4 - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ - 1920/1968

conclusão

ANO	Produção de Café (mil sacas de 60 kg)				
	BRASIL	PARANÁ	PR/BR (%)	SÃO PAULO	SP/BR (%)
44/45	9,137	579	6,3	4,722	31,7
45/46	12,701	674	5,3	6,101	48,0
46/47	14,019	1,138	8,1	8,874	63,3
47/48	13,572	1,530	11,4	6,523	48,1
48/49	16,952	1,883	11,1	11,173	65,9
49/50	16,303	2,318	14,2	7,391	45,3
1950/51	16,754	4,026	24,0	8,118	48,4
51/52	15,021	2,843	18,9	6,261	41,7
52/53	16,100	5,048	31,3	7,185	44,6
53/54	15,148	3,198	21,1	6,162	40,1
54/55	14,512	1,337	9,2	7,333	50,5
55/56	22,064	6,306	28,6	9,268	42,0
56/57	12,535	2,176	17,4	6,019	48,0
57/58	21,628	4,731	21,9	9,538	44,1
58/59	26,807	8,590	32,0	10,697	39,9
59/60	44,130	20,691	46,9	15,620	35,4
1960/61	29,848	14,320	48,0	8,242	27,6
61/62	35,860	17,942	50,0	11,558	32,2
62/63	28,703	18,032	62,8	4,999	17,4
63/64	23,153	9,157	39,5	9,579	41,4
64/65	18,063	7,146	39,6	6,821	37,8
65/66	37,776	21,058	55,7	11,828	31,3
66/67	17,505	7,727	44,1	5,098	29,1
67/68	23,374	10,912	46,7	9,029	38,6

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ (IBC) - ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ, 1968.*
ALTERADO PARA FINS DIDÁTICOS (ALTERAÇÃO DAS POSIÇÕES DA COLUNA).

NOTA: In PADIS (2006, p. 170).

Passada a quebra da Bolsa em NY, a participação do Paraná na Produção se manteve estável até 1935, onde recuou um pouco e logo se recuperou no ano seguinte com 3%. Já a produção paulista teve um acréscimo na sua participação ao longo desses anos, passando de 69,9% no período logo após a quebra da bolsa de Nova York para 74,6% em 1934.

Somente em 37/38 que o Paraná passou a representar quase 5%, índice que de fato foi alcançado em 39/40, mais precisamente de 5,8%. Só em 1946/47 que a região irá atingir 8,1% de produção nacional do grão e a partir do ano seguinte sua participação tende em ascendência.

São Paulo nesse período vai perdendo participação, mas mesmo assim não deixa seu posto de maior produtor, com 71,9% em 37/38 passa para 64,6% em 39/40 e 46/47 apresenta uma produção de 63,3%

Segundo Padis, (2006, pág.169) dos 55,2 milhões de pés em produção, em 1940, mais de 54,8 milhões se concentravam nessa parte do Estado. E tudo isso, comparado com o número de arbustos plantados no País, significava pouco mais de 5 por cento.

A partir de 1947/48 a produção do grão no estado de São Paulo sofre quedas ano a ano, começando com 65,9 até 44,6 em 52/53 que é quando ocorreu a explosão da produção cafeeira no Paraná, que passou a representar 31,3% da produção no Brasil.

O rápido aumento dos preços do café no mercado internacional, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial²⁷, constituiu um poderoso estímulo aos nossos produtores, dadas as características da oferta do produto. Ocorria que algumas áreas tradicionalmente produtoras (a região compreendia entre Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos) não estavam em condições de atender ao crescimento da demanda, quer porque a "broca do café" (1924) destruía boa parte da produção, quer também porque em algumas áreas os solos encontravam-se esgotados, determinando a queda de produtividade dos cafezais. (PADIS, 2006, p.140).

Sendo assim, o norte do Paraná tomou este aumento de demanda decorrente do fim da Primeira Guerra Mundial como mais um incentivo para aumentar sua produção, aliados também ao esgotamento de solo das regiões de São Paulo. A partir de então percebe-se um declínio da produção no Sudoeste do

²⁷ Cf.: a) TAUNAY, Affonso E. História do café no Brasil. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. v.2; b) SINGER, Paul. Desenvolvimento e crise. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968. cap. 2.

País e um aumento na produção do nosso estado, atingindo metade da produção nacional em 61/62 tendo seu ponto de ápice em 1962, quando o estado atinge 62,8% da produção nacional, já nessa época São Paulo apresentava senão 17,4% do total colhido no Brasil.

Além de ter atingido o apogeu na safra de 1962, outro fato bastante interessante da produção é que isso correspondia a 28% da safra mundial do grão, de uma safra global de 76 milhões de sacas.

Fazendo um comparativo com o até então principal produtor do país, São Paulo, pode-se observar melhor a ascensão do Paraná em relação ao líder ao longo dos anos, assim como observar os períodos de safra recorde e quebra de safras, principalmente influenciados pelas geadas, no caso do Paraná.

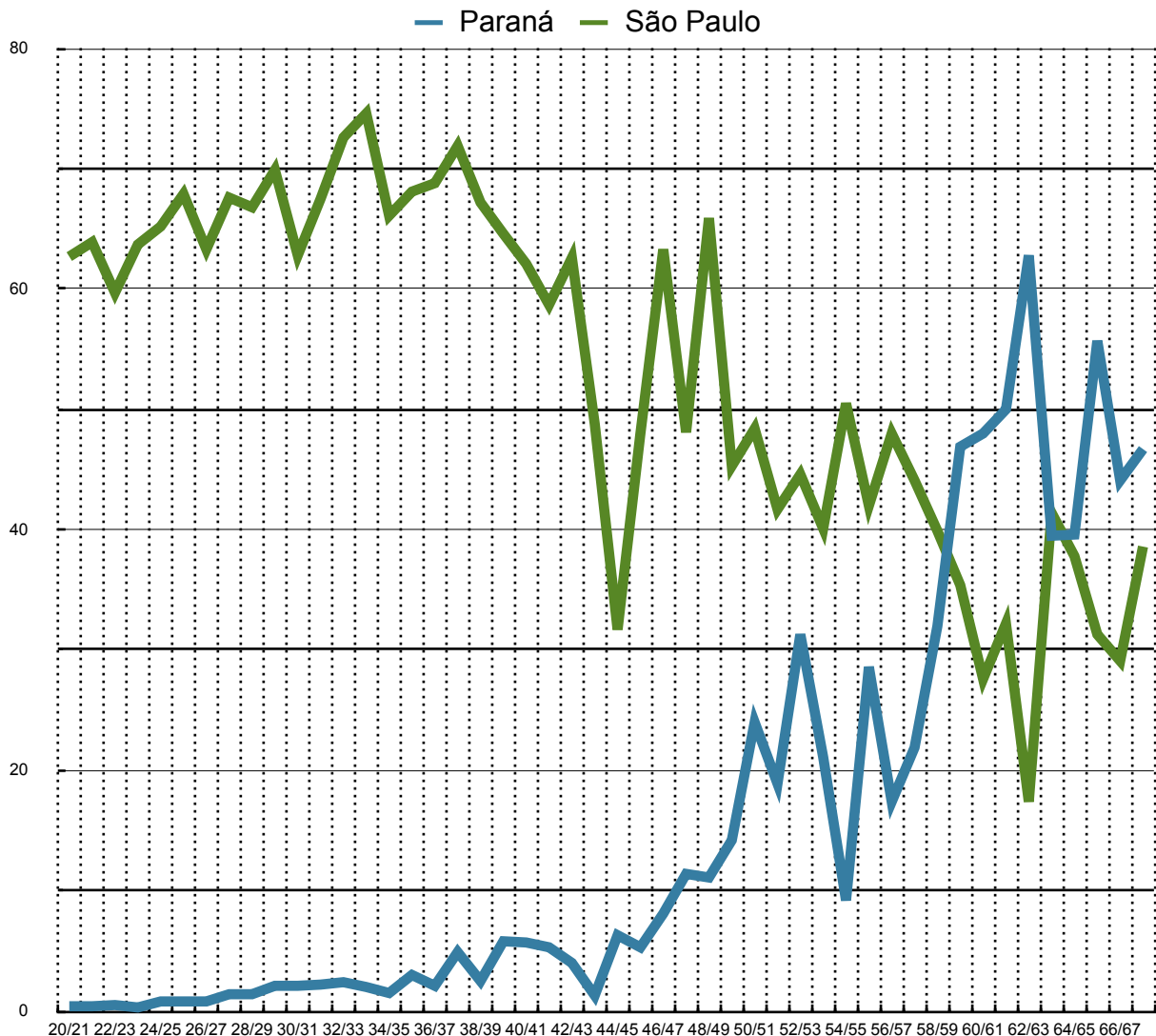


GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA PRODUÇÃO NACIONAL DE CAFÉ - PARANÁ E SÃO PAULO - 1922/1968
 FONTE: PADIS, 2006 (PÁG. 171).

Pelo (GRÁFICO 3) fica mais fácil notar o período em que o café no Paraná passou a ser de maior importância em termos de produção nacional, substituindo o até então principal produtor, São Paulo, fato que se deu em 1959/60.

Além disso é possível verificar a ascensão do Paraná, ainda que lenta, nas primeiras décadas do século XX, principalmente até os anos de 1937/1938 onde a produção cafeeira no estado é muito pequena e de desenvolvimento lento.

É perceptível também os períodos de crise, como a quebra da bolsa de Nova York em 1929 e os períodos pós primeira e segunda guerras mundiais, como na produção de 1944/1945.

O Paraná vai se aproximando de São Paulo a medida que o tempo passa, em 1952/53 ele atinge 31,3% da produção contra os 44,6 de São Paulo, essa diferença vai diminuindo ano a ano, como em 1958/1959 onde o Paraná atinge 32% da produção nacional contra apenas 39,9% de São Paulo. Com isso percebe-se a queda natural da produção paulista e a ascensão do cultivo do grão no estado, principalmente na região norte.

Percebe-se também o momento de pico de produção em São Paulo em 33/34, responsável por 74,6%, já o pico de produção no Paraná se deu só em 1962/1963 com 62,8% da produção nacional.

Outro fator que mostra a crescente importância do café no estado é por onde foi escoada a safra do grão. Dado a importância do porto de Santos, por ser mais antigo e desenvolvido que o de Paranaguá, no começo do desenvolvimento do café na região norte, este era o porto utilizado para despachar a carga para exportação. Com o passar do tempo e a evolução da importância do ciclo cafeeiro para o estado, passou-se a desenvolver e propiciar a infra-estrutura do porto de Paranaguá para que fosse então o principal porto exportador do grão na região do Paraná.

(...) "segundo convênio cafeeiro" para a defesa conjunta do produto, que estabelecia cotas de produção e de exportação a cada um dos Estados que a essa atividade se dedicavam, o Paraná, apercebendo-se do notado protecionismo nele encerrado, e que amparava especialmente os interesses da cafeicultura paulista, recusa-se terminantemente a assiná-lo e, em represália contra o porto de Santos, isenta o seu produto de impostos de exportação por Paranaguá²⁸." (PADIS, 2006, p. 165).

²⁸ MENSAGEM dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se na 1.a Sessão da 19.a Legislatura. Curitiba, 1.o de fevereiro de 1928. p.17.

A exportação de café pelo porto de Santos era mais viável para o norte do Paraná, pela facilidade de transporte para São Paulo do que para o porto de Paranaguá, tanto por transporte rodoviário ou ferroviário. A partir do instante em que foram resolvidos esses problemas relacionados ao transporte da safra, o porto de Paranaguá passou a ser o preferencial e principal para escoamento da produção destinada a exportação do norte paranaense, pois esse porto, oferece uma distância menor do que o porto de Santos. Todos esses fatores podem ser observados no (QUADRO 1) a seguir, que apresenta os dados de exportação do café por porto de embarque.

ANO	EXPORTAÇÃO DE CAFÉ (1.000 sacas 60kg)					
	Santos	Paranaguá	Outros	Santos/Total (%)	Paranaguá/Total (%)	Outros/Total (%)
47/49	32,436	4,277	14,835	62,9	8,3	28,8
50/52	24,170	8,112	14,732	51,4	17,2	31,4
53/55	19,349	7,289	13,538	48,2	18,1	33,7
56/58	22,061	8,088	13,869	50,1	18,4	31,5
56/61	22,382	9,399	19,732	43,5	18,1	38,4
62/64	20,331	13,808	16,700	40,0	27,2	32,8
65/67	19,363	15,783	12,713	40,5	33,0	26,5

QUADRO 1 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE EMBARQUE - 1947/1967

FONTE: IBC - ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ.* ALTERADO PARA FINS DIDÁTICOS. (PÁG. 182)

NOTA: In PADIS (2006, p. 182).

Mesmo que nos anos de 47/49 e 50/52 o (QUADRO 1) tenha apresentado um aumento no volume exportado pelo porto de Paranaguá, durante toda a década de 50, a participação deste porto nas exportações totais permaneceu praticamente constante, em torno de 18 por cento. Somente no ano de 1962 o volume exportado por Paranaguá aumenta de forma substancial na participação total, tudo por conta da construção da rodovia do café (BR 277).

A preponderância de Santos retardou o desenvolvimento do porto de Paranaguá. Nos últimos anos, entretanto, seu tráfego aumentou rapidamente, não só por causa da abundância das colheitas no norte do estado, como também pela melhoria das comunicações. A função comercial

de Paranaguá, porém, está nas mãos das firmas de Santos."²⁹ (PADIS, 2006, p. 171-172).

Apesar, então, do porto de Paranaguá assumir uma quantidade maior de café proveniente do norte do seu estado, há ainda uma forte relação de dependência com o porto de Santos.

Em 1940 o Paraná já contava com 160 milhões de pés de café plantados por todo estado, sendo que 118,5 milhões desses pés haviam sido plantados no final da década, além desse fato, cerca de 99,83% desses pés plantados estavam localizados no Norte do Paraná. (PADIS, 2006).

Esse aumento exponencial e ágil reflete nos dados da produção paranaense que antes representava apenas 5,3 por cento nos anos de 1945, contra 14,2% alcançados em finais de 1949 início de 1950.

Se comparado essa expansão com a produção em São Paulo percebe-se que neste estado não houve grandes alterações, permanecendo praticamente constante a sua representação em termos de produção nacional, em cerca de 48%.

Somente nos anos 50 é que a produção paranaense irá despontar em relação a paulista, dobrando sua produção, passando a 28,6% e a de São Paulo sofrendo leve queda se comparado aos 48% anteriores, passa agora para 42%. Essas porcentagens refletem em um aumento real de mais de 4 milhões de sacas de café para o Paraná contra apenas 2 milhões em São Paulo.

Mesmo com as geadas ocorridas no Paraná, a expansão da cultura no estado teve o apoio dos preços internacionais, como a saca de café que chegou a ser cotada em 600 dólares na Bolsa de Nova York, em 1954, além claro, das sabidas terras férteis do estado.

Deve-se acrescentar que além do estado aumentar sua produção violentamente esse fato deve ser mais glorificado pelo fato das geadas ocorridas neste período em 1953/1954, que mesmo acabando com milhares de arbustos não foram o bastante para prejudicaram o potencial de crescimento dos pés de café.

Um fator que ajudou a expansão do ciclo em terras do Paraná foi a queima de mais de 80 milhões de sacas de café e a tentativa de impedir que cafeicultores de São Paulo e Minas Gerais expandissem suas plantações devido a crise internacional

²⁹ Palavras de MONBEIG (pag. 183) MONBEIG, Pierre. Pequeno ensaio sobre geografia econômica do café. In: NOVOS estudos de geografia urbana brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

do preço do produto, com isso a alternativa foi expandir em terras paranaenses onde esta proibição não valia.

A seguir é possível ilustrar a área média de cultivo em hectares e o número de cafeeiros em algumas regiões do norte do Paraná, destacando a ascendência da área cultivada ao longo do tempo e do conseqüente e natural aumento dos pés de café, através da (TABELA 5).

TABELA 5- ÁREA MÉDIA, NÚMEROS DE CAFEEIROS, NO NORTE DO PARANÁ, NOS ANOS DE 1920, 1935, 1942, 1945.

Regiões	Área Média de Cultivo (em ha)			Número de Cafeeiros			
	1920	1935	1942	1920	1935	1942	1945
Norte Velho de Wenceslau Braz	43,2	9,7	9,4	5.286.460	5.845.119	5.803.113	4.867.500
Norte Velho de Jacarezinho	52,4	43,0	34,0	8.516.712	31.207.480	37.960.499	39.913.110
Algodeira de Assaí	-	37,0	267,1	-	484.300	1.233.150	1.276.800
Norte Novo de Londrina	-	22,0	14,2	-	1.881.077	16.432.314	18.057.600
Total	48,4	27,6	22,1	13.803.172	39.417.976	61.434.076	64.115.010

FONTES: CENSO AGRÍCOLA DO PARANÁ - 1920; LEVANTAMENTO CAFEEIRO D.N.C. - 1935. LEVANTAMENTO CAFEEIRO D.N.C. - 1942; DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO PARANÁ - 1945 (MODIFICADO).

Como pode-se perceber pela (TABELA 5) acima é possível observar que o cultivo do grão já era presente no norte Velho em 1920, coisa não observada em Londrina, que compreende a região do norte Novo, onde só é possível ver dados de área cultivada a partir de 1935, como demonstrado acima.

Em relação aos números de cafeeiros, o Norte Velho de Wenceslau Braz apresenta uma contínua ao longo do tempo, já Jacarezinho desponta na quantidade a partir de 1935, assim como o norte novo de Londrina, que após 1942 desponta na quantidade de cafeeiros na região.

Com o fim do segundo conflito mundial em 1946, os preços do produto começaram a subir, chegando a aumentar em até 70% no período pós guerra, mas os americanos conseguiram controlar um pouco esse aumento de preço segurando a demanda de café. A Colombia tentou manter os preços aos níveis mais altos e com isso só veio contribuir para que o Brasil exportasse mais ainda, aumento esse

que foi sustentado até 1949 e ainda serviu para acabar com os estoques acumulados pelo período anterior devido ao convênio de taubaté que garantia a compra dos estoques.

Com os preços já elevados e a Guerra da Coreia iniciada em 1950, há mais um aumento, o que obriga os Estados Unidos a agirem e determinarem assim um preço-teto para a compra do café de 35,30 *cents*/libra-peso, preço este que estava em 27 no ano de 1946. Com o fim do preço fixado em 1954 o valor do café atinge um novo patamar, 87 *cents*/libra-peso, o que de certa maneira veio a ajudar o norte do Paraná, pois em 1953 a região sofreu com uma grande geada e esse aumento do preço veio a compensar as perdas de safra. (PADIS, 2006).

Apesar das altas dos preços dois fatores irão surgir como impeditivos para o café, um deles é a safra de 1954/55 que foi de grande escala o que faz o preço internacional sofrer uma queda, mesmo o Brasil tentando manter esse preço nos 87 anteriores, isso leva ao café da Colômbia uma vantagem, pois este não tenta manter o preço de 87. Com essa tentativa de manter o preço lá em cima, o governo teve que comprar 4 milhões de sacas e a situação só veio a normalizar-se no ano posterior, não só pela criação da Organização Internacional do Café, mas novamente a diferença de preços entre o café brasileiro e o colombiano favoreceu agora o café no Brasil e resultou em um aumento nas exportações. Novamente apesar do aumento nas exportações há o sofrimento provocado pelas geadas em 1955/56, que atingiu São Paulo mas o Paraná foi o quem mais sofreu com essa intempérie, vendo sua participação na produção nacional ser reduzida de 28,6 por cento para apenas 17,4 por cento do total exportado.

Passada essa queda nas exportações e na participação do Paraná no volume destinado a esse mercado, até 1962/1963 isso voltaria a aumentar até atingir 62,8 por cento do total produzido para exportar no País. São Paulo neste mesmo período sofreria uma queda na contribuição do volume gerado, passando de 48 por cento em 1956/1957 para pequenos 17,4 em finais de 1962/1963. Vale lembrar também que o volume físico, ou seja, quantidade produzida, aumentou em 2,3 vezes para a quantidade global e 8,3 vezes no caso do Paraná além da paulista reduzir-se em 20 por cento.

Mesmo verificando essas quedas em São Paulo e aumentos vertiginosos no Paraná, não se pode levar isso como cenário feito e concreto em relação ao volume

total produzido, pois em 1961 São Paulo sofreu muito com a seca que atingiu o estado e o Paraná com as geadas em 1962 e 1963, mesmo assim pode-se concluir que foi nessas condições que o Paraná passou São Paulo e tomou o posto de maior produtor nacional do grão.

Apesar dos recordes de produção, volume e aumento da participação paranaense na composição total de sacas produzidas, a cotação do café na bolsa de Nova York sofreu quedas de forma sistemáticas, em 1956 era cotada em 58,10 cents/libra-peso, em 1962 passou para apenas 33,28 cents/libra-peso, o que mostra uma redução de mais de 40% em seu preço em 6 anos. (PADIS, 2006).

A luta constante do governo brasileiro manter o preço do café em alta, desde 1947 e principalmente em 1949 até 1954, trouxe resultados positivos internamente e se pensado no curto prazo de tempo. Mas como o café foi uma atividade voltada a exportação essas sucessivas tentativas de manter o preço em alta atrai novos competidores para o mercado mundial, como a África, que muitos países conseguiram sua independência no pós Segunda Guerra Mundial e assim puderam explorar melhor esse mercado de exportação do grão, fato que pode ser verificado pelo salto que deu a produção de 7 milhões de sacas em 1955/1956 para 13 milhões em 1961/1962.

Exatamente por essa época o café experimenta, no mercado internacional, uma elevação de preços provocada pela conjugação de vários fatores (...). E em 1951 o valor total das exportações do País atingiu 1.769 milhões de dólares, cifra jamais alcançada até 1968. E foi justamente entre 1950 e 1954 que a participação do café no valor total das exportações chegou a 65,5 por cento, proporção que só encontra paralelo entre 1930 e 1934, na pior fase da crise da economia brasileira. Se se lembrar que nesse período, a produção cafeeira paranaense aumentou a sua participação no conjunto nacional de 11,4 por cento para 31,3 por cento (apesar das geadas de 1953 (...)), percebe-se claramente que é ainda nesse lapso de tempo - provavelmente em razão dos grandes estímulos de preços do mercado internacional - que se ampliaram consideravelmente os cafezais paranaenses, enquanto diminuía os de São Paulo. (PADIS, 2006, p. 193-194).

Além disso, o café africano era de qualidade inferior e assim seu preço também o era, o que motivou os americanos a preferirem este produto, fato que pode ser atestado pelo quantum exportado pela África ter se elevado em 105 por cento entre 1955 e 1962, já no Brasil isso não passou de 4 por cento.

O mesmo pode ser observado entre 1962 e 1968, a produção africana tende a um crescimento ascendente e passa a ser um forte concorrente internacional,

além do efeito da baixa nos preços apresentado nesse período. Embora o café brasileiro ter melhores cotações em 1964 e 1963 houve o problema das geadas em 1962 e 1963, que foi agravado pelo incêndio no qual passou o Estado em 1964. Em 65 teve nova tendência a baixa apesar das geadas de 1966.

Em 1965 e 1967 o Estado brasileiro teve que ampliar a sua política de erradicação de cafeeiros, dado uma super capacidade de produzir no país e a produção de café de baixa qualidade, que tornava-os difíceis de comercializar, principalmente no mercado internacional. Somado a isso havia o plano do governo em ajustar no longo prazo a oferta e demanda do grão, devido ao acordo estabelecido na Organização Internacional do Café.

O resultado dessa política de erradicação de pés de café findou em menos 96.915.998 pés de café no estado do Paraná, parte que representa apenas menos de 10% do total no Estado, visto que este tinha mais de um bilhão de pés de café, sendo que esse montante eliminado de pés eram distribuídos em 35,9 por cento em Maringá, 36,7 em Londrina e região e 27,4 em Cianorte.

De acordo com Padis (2006, p. 177), “Entretanto, as conseqüências socioeconômicas da erradicação do café no Paraná ganhara dimensão bem maior na economia do Estado, dada a época e a conjuntura econômica nacional em que ela se realizou.”

5 CONCLUSÃO

O desbravamento, povoamento e nascimento de toda uma região do estado do Paraná se deu, principalmente como resultante da marcha para o oeste dos cafeicultores paulistas, que junto com os mineiros viram o Paraná como fonte economicamente viável para exploração e expansão de suas lavouras, não só pela terra fértil mas pelos incentivos trazidos da região ainda inexplorada e inabitada, fato este, ocorrido na segunda metade do século XIX, quando as terras dessas regiões já apresentavam sinal de esgotamento.

A formação demográfica do norte paranaense se deu de forma lenta, subdividido em mesorregiões é possível encontrar o norte velho, novo e o novíssimo.

Com isto, os fazendeiros mineiros e paulistas foram os responsáveis pelo povoamento da mesorregião do norte velho do Paraná, que foi colonizada até meados de 1920. As outras duas mesorregiões foram, primordialmente colonizadas pela Companhia Colonizadora, a Companhia de Terras Norte do Paraná.

Companhia esta que ajudou no que diz respeito a logística do processo, tanto no loteamento e planejamento das estradas, ampliação, manutenção e criação de novas linhas férreas como na administração das terras a eles pertencentes. Conseguiu atrair compradores e imigrantes, com destaque para os vindos da Europa, como alemães e italianos, além dos japoneses, para a colonização das mesorregiões do norte novo e novíssimo do Paraná.

Foi graças a essa companhia e a acumulação do capital trazida pelo café que o desenvolvimento de cidades e comércios secundários em uma região antes, inexistente comercial e economicamente, tornou-se possível. Até então a região norte foi a responsável por apresentar o maior crescimento demográfico, que foi de proporções tão grandes que jamais tinha sido observado no Brasil.

Os dados podem ser comprovados por levantamentos do IBGE, que mostram que a região norte do Paraná entre 1940 e 1950 cresceu mais de 200%, representando 48,6% da população do estado.

Em relação aos incentivos políticos para o desenvolvimento da região norte, destaca-se o Convênio de Taubaté, em 1906, que com a proibição de plantação de novos cafezais nas regiões de São Paulo e Minas Gerais, possibilitou e permitiu que

o Paraná se desenvolvesse mais ainda neste período de vigência desta convenção de valorização do café no país. Ainda no cenário político, as altas de preços no mercado internacional contribuiu para que os produtores tivessem mais este incentivo para ampliar suas lavouras e a safra produzida, altas essas registradas no período de 1906 até 1929, donde começa o cultivo no estado e a alta de 1945 até 1960 que marca o auge do café no Paraná. Apesar da competitividade com a Colômbia e o surgimento de um novo competidor, os africanos, no pós Segunda Guerra Mundial, o Paraná consegue atingir seu auge de produção em início dos anos 60.

Mesmo enfrentando fortes geadas, as safras no Paraná só tendiam ao crescimento até 1962, quando começa a fase de declínio deste ciclo.

Desta maneira, é inegável a constatação de que o nascimento e colonização do norte do Paraná foi de responsabilidade primária do cultivo cafeeiro. Ele trouxe o desenvolvimento, as estradas de ferro e os investimentos necessários para o crescimento de toda esta mesorregião do Paraná, tudo devido as terras cansadas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e o anseio dos fazendeiros paulistas em sempre expandirem suas produções à oeste do estado, descobrindo assim, as férteis e mais tarde famosas, terra de solo roxo, presente em todo interior do estado.

O tamanho dos lotes oferecidos pela Companhia Colonizadora é que definirão os tipos de trabalhadores ali encontrados, seja pelo regime de colonato, arrendamento ou parceiro, pois percebe-se que o tamanho médio dos lotes vendidos era de pequeno ou médio porte, possibilitando assim o desenvolvimento desses tipos de trabalhadores rurais. Além disso é possível observar que a economia local trouxe muitos benefícios com o fim da escravatura, o trabalho assalariado contribuiu para a movimentação de recursos dentro do estado e um conseqüente aquecimento econômico.

Surgiram várias cidades decorrentes do ciclo cafeeiro tardio no Paraná, como Londrina e Maringá, a Companhia de Terras Norte do Paraná conseguiu criar 63 cidades com seu plano imobiliário e estabelecer mais de 1 milhão de habitantes em suas terras. Mas o mais importante de tudo são as conseqüências trazidas pelo ciclo, mesmo que seu auge tenha sido tardio, após a década de 50, conseguiu tornar uma região antes inabitada em um lugar de desenvolvimento e geração econômica.

O ciclo cafeeiro no Paraná pode ser comparado ao do açúcar, corrido no nordeste ou do ouro em Minas Gerais, em termos de importância para o desenvolvimento e crescimento de uma região, tendo seu auge na safra de 1962/1963 com 62,8% da produção nacional destinada a exportação. Sua ascensão a esse ponto de pico ocorreu nos períodos que vão de finais dos anos 20 quando a produção consegue representar 1% do total nacional e evoluindo gradativamente. O declínio chega na década de 70 com a diversificação de cultura no estado, e o café passa a não ser mais o primordial produto agrícola, diversificando para as culturas de soja, trigo e milho.

REFERÊNCIAS

I SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS, 1., 2011, Campo Mourão. **GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA REDE URBANA PARANAENSE**. Campo Mourão: I SEURB, 2011. 1 v.

II ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA E ENSINO E XX SEMANA DE GEOGRAFIA. 2., 2011, Maringá. **A Ocupação do Grande norte Paranaense**. Maringá: EEGE, 2011. 20 v.

REVISTA VEJA. A Bola da Vez?. **Veja na História**, 1929. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/crash-bolsa-nova-york/brasil-crise-do-cafe-exportacoes-falencias.shtml>>. Acesso em: 15/09/2014.

ALQUEIRES. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Alqueire>>. Acesso em: 30/09/2014.

BARROS, H. M. Relatório Técnico da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, Curitiba, 1960.

BAPTISTELLA, C. S. L.; FECHINE, V. M. R.; FRANCISCO, V. L. F. S.; FRANZINI, P. S.; GODINHO, C. H. W.; VICENTE, M. C. M. Ocupação de Mão de Obra na Cafeicultura Paranaense na Safra de 2011. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 7, n. 2, 13 fevereiro 2012. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=12294>>. Acesso em: 24/03/2014.

BIANCHI, C. G. Café e economia brasileira da ascensão à extinção do ciclo do café. **Revista Jovens Pesquisadores**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 89-99, 2012.

BLOQUEIO Continental. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bloqueio_Continental>. Acesso em: 31/10/2014.

BORUSZENKO, O. **Os Ucrânicos**. Boletim informativo da casa Romário Martins. Curitiba: Fundação Cultural Curitiba, v. 8, n. 53, 26 p., 1981.

BRAZIL Railway Company. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Brazil_Railway_Company>. Acesso em: 18/04/2014.

CANCIAN, N. A. **Cafeicultura paranaense - 1900/1970**. 4 ed. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

CAFÉ: um ciclo de história e dificuldades. Disponível em: <<http://www.cafepoint.com.br/noticias/mercado/cafe-um-ciclo-de-historia-e-dificuldades-55324n.aspx>>. Acesso em: 15/04/2014.

CASTRO L. B.; GIAMBIAGI, F.; HERMANN, J; VILLELA, A. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CHIES, C.; YOKOO, S. C. Colonização do norte paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão, v. 3, n. 1, p. 27-44, 2012. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/204/196>>. Acesso em: 22/05/2014.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Maringá, 1975.

COMPANHIA Melhoramentos Norte do Paraná: História. Disponível em: <<http://site996.provisorio.ws/melhoramentos/historia/>>. Acesso em: 05/07/2014.

CONVÊNIO de Taubaté. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Convênio_de_Taubaté>. Acesso em: 07/06/2014.

CONVÊNIO de Taubaté e a política de valorização do café. Disponível em: <<http://www.brasile scola.com/historiab/convenio-taubate.htm>>. Acesso em: 23/05/2014.

COSTA, W. C. **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil**: uma interpretação. 17 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas - UNICAMP, Campinas, 1997.

CTNP: Doze razões para comprar terras no Norte do Paraná. Disponível em: <<http://maringaparanabrasil.blogspot.com.br/2011/12/ctnp-doze-razoes-para-comprar-terras-no.html>>. Acesso: 15/08/2014.

DECRETO de Abertura dos Portos às Nações Amigas. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Decreto_de_Abertura_dos_Portos_às_Nações_Amigas>. Acesso em: 28/09/2014.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Editora MB (Memória Brasileira), 728 p. 1996.

FERROVIA Paulista S.A. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ferrovia_Paulista_S.A.>. Acesso em: 19/04/2014.

FOGARI, E. R. G. **NORTE DO PARANÁ**: Um estudo dos movimentos de ocupação e sua recente história. 19 f. Trabalho de Graduação (Licenciatura e Bacharelado em História) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, 2007.

FORMAÇÃO Histórica do Norte Pioneiro do Paraná. Disponível em: <<http://robertobondarik.blogspot.com.br/2006/04/texto-04-formao-historica-do-norte.html>>. Acesso em: 15/04/2014.

FRANCISCO, M. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

FRANCO, P. S. S.; MORAES, A. **Geografia econômica**: Brasil de colônia a colônia. Campinas: Átomo, 2005.

FURTADO, C. **Formação econômica cafeeira do Brasil**. 24 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

FURTADO, C. M. **Formação econômica do Brasil**. 24 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

GEADA: A vilã do cafeicultor. Disponível em: <<http://www.mexidodeideias.com.br/index.php/mundo-do-cafe/geada-a-vila-do-cafeicultor/>>. Acesso em: 27/08/2014.

GLEBA. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/gleba/>>. Acesso em: 30/09/2014.

GRANDE Depressão. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Depressão>. Acesso em: 27/09/2014.

HADBA, F. A. Caixas de conversão. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 28-42, 1994.

HECTARES. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Hectare>>. Acesso em: 30/09/2014.

HISTÓRIA. A lenda do café. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=38>>. Acesso em: 27/03/2014.

HISTÓRIAS e Lendas de Santos -Estradas. História da Estrada de Ferro Sorocabana (1). Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0102o.htm>>. Acesso em: 10/05/2014.

HISTÓRICO. História do Café no Brasil. Disponível em: <<http://www.rotadocafe.tur.br/pt/historico.php>>. Acesso em: 13/03/2014.

HISTÓRICO. História do Café no Paraná. Disponível em: <<http://www.rotadocafe.tur.br/pt/historico2.php>>. Acesso em: 13/03/2014.

HOLLOWAY, T. (1878). Vida e Morte do Convênio de Taubaté. Paz e Terra, São Paulo.

MARIA, M. P. Livro conta a saga britânica que colonizou parte do Norte e Noroeste paranaense. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 agosto 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/maringa/conteudo.phtml?id=918508&tit=Livro-conta-a-saga-britanica-que-colonizou-parte-do-Norte-e-Noroeste-paranaense>>. Acesso em: 24/07/2014.

MESORREGIÃO. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/mesorregiao/>>. Acesso em: 18/09/2014.

MESORREGIÃO do Noroeste Paranaense. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião_do_Noroeste_Paranaense>. Acesso em: 03/06/2014.

MESORREGIÃO do Norte Central Paranaense. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião_do_Norte_Central_Paranaense>. Acesso em: 03/06/2014.

MESORREGIÃO do Norte Pioneiro Paranaense. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião_do_Norte_Pioneiro_Paranaense>. Acesso em: 01/06/2014.

MICRORREGIÕES. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregião>>. Acesso em: 30/09/2014.

MIRETZKI, M. Papéis avulsos de Zoologia. **Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 43, n. 6, p. 101-138, 2003.

MONTEIRO, J. B.; PETSCH, C. A colonização no norte central paranaense e a comunidade de Sussuí. **CAMINHOS DE GEOGRAFIA** - revista online, Uberlândia - Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v. 13, n. 44, dezembro 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/>>. Acesso em: 24/09/2014.

MÜLLER, N. L. **Contribuição ao estudo do norte do Paraná**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 22, p. 55-97, mar. 1956.

O café e a imigração no Brasil. Disponível em: <<http://www.markcafe.com.br/o-cafe/historia/1117-ocafeaimigracaonobrasil>>. Acesso em: 12/09/2014.

O Café no Paraná - UM POUCO DE HISTÓRIA. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=3644>>. Acesso em: 13/03/2014.

O *Crash* da Bolsa de Nova Iorque e a queima do café. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=18047>>. Acesso em: 07/09/2014.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e Industrialização do Paraná**. Curitiba: SEED, p. 32, 2001. (Coleção Histórica do Paraná; textos introdutórios).

OLIVEIRA, M. E. **A INFLUÊNCIA DO CAFÉ NO DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ NA DÉCADA DE SESSENTA**. 60 f. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

OLIVEIRA, S. C. A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 1-8, 2009.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. 2 ed. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), 2006.

PEREIRA, M. C. B.; SCROCCARO, J. L. **Bacias Hidrográficas do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, 2010. 138 p. (Série Histórica).

PIRES, A. O convênio de Taubaté e a Economia Cafeeira de Minas Gerais - 1906/1929. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 4, n. 3, p.138-169, 2008.

RAGGIO, N. Z. **Norte novo do Paraná**: transformações no campo e a questão de acesso a terra. 138 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Campinas - **UNICAMP**, Campinas, 1985.

RAÍZES do café no Brasil. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historia/o-cafe-no-brasil-suas-origens.htm>>. Acesso em: 03/04/2014.

RÊGO, .; YOKOO, . Gênese e desenvolvimento da rede urbana paranaense. in: I SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DINÂMICA AMBIENTAL, 2011. Campo Mourão. *Tópicos temáticos...* Campo Mourão: Fecilcam, 2011, 7 p.

SINGER, P. **Desenvolvimento e crise**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. cap. 2.

SALVI, R. F. **Breve Descrição da Formação do Território Paranaense**. In: Fresca, T. M.; Salvi, R. F.; Archela, R. S.(org). *Dimensões do espaço paranaense*. Londrina: EDUEL, 2002.

SUZUKI, Teiiti. **The japanese immigrant in Brazil**: Narrative part. Tokyo: University of Tokyo Press, 1969, 321 p.

TAUNAY, A. E. **História geral das bandeiras paulistas, escripta à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, hespanhoes e portugueses**. São Paulo: Typ Ideal. H. L. Canton, 1924.

TOPICK, S. (1987). *A Presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930*. Ed. Record, Rio de Janeiro.

TORELLI, L. S. Os interesses da elite paulista na criação da Caixa de Conversão: Os debates parlamentares (1898 - 1914). **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 12, p. 1-23, 2007.

VIDGAL, C. Contribuição para o estudo de uma região do Paraná. **Revista do Ateneu Paulista de História**, São Paulo, ano VI , n. 6, p.60-70, 1969; n.7, p. 115-130, 1970.

ANEXOS

ANEXO 1 - ÁREA E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO
NORTE DO PARANÁ - 1960

76

ANEXO 1 - ÁREA E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO NORTE DO PARANÁ - 1960

ANEXO 1 - TABELA DA ÁREA E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO NORTE DO PARANÁ - 1960

	Município	Área (ha)	População
001	Abatiá	269	17,384
002	Altônia	-	-
003	Alto Paraná	575	30,566
004	Alto Piqueri	-	-
005	Alvorada do Sul	391	12,803
006	Amaporã	-	-
007	Andirá	229	14,930
008	Apucarana	907	66,091
009	Arapongas	355	38,067
010	Araruna	506	-
011	Assaí	429	31,884
012	Astorga	437	25,455
013	Atalaia	-	-
014	Bandeirantes	424	30,220
015	Barbosa Ferraz	-	-
016	Barra do Jacaré	-	-
017	Bela Vista do Paraíso	314	17,372
018	Boa Esperança	-	-
019	Bom Sucesso	400	-
020	Borrazópolis	389	17,945
021	Cafeara	184	7,754
022	Califórnia	122	9,004
023	Cambará	374	22,781
024	Cambé	541	29,151
025	Cambira	-	-
026	Campinas da Lagoa	-	-

continua

ANEXO 1 - TABELA DA ÁREA E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO NORTE DO PARANÁ - 1960

continuação

	Município	Área (ha)	População
027	Campo Mourão	8,672	-
028	Carlópolis	445	12,472
029	Centeário do Sul	368	23,485
030	Cianorte	1,509	49,731
031	Cidade Gaúcha	-	-
032	Colorado	427	21,702
033	Congoinhas	584	17,806
034	Conselheiro Mairinck	-	-
035	Cornélio Procópio	671	45,341
036	Cruzeiro do oeste	10,840	-
037	Cruzeiro do Sul	257	-
038	Curiúva	1,044	16,075
039	Diamante do norte	-	-
040	Doutor Camargo	-	-
041	Engenheiro Beltrão	493	-
042	Faxinal	997	22,830
043	Fênix	-	-
044	Floraí	235	13,566
045	Floresta	-	-
046	Florestópolis	407	16,274
047	Flórida	-	-
048	Goio-Erê	1,644	-
049	Guairaçá	-	-
050	Guapirama	-	-
051	Guaporema	-	-
052	Guaraci	-	-
053	Ibaiti	918	20,753
054	Ibiporã	266	25,956

ANEXO 1 - TABELA DA ÁREA E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO NORTE DO PARANÁ - 1960

continuação

	Município	Área (ha)	População
055	Icaraíma	-	-
056	Iguaraçu	339	15,631
057	Inajá	-	-
058	Indianópolis	-	-
059	Iporã	-	-
060	Iremata	-	-
061	Itaguajé	308	17,735
062	Itambaracá	216	11,079
063	Itambé	-	-
064	Itaúna do Sul	-	-
065	Ivaiporã	-	-
066	Ivatuva	-	-
067	Jaboti	335	6,371
068	Jacarezinho	714	-
069	Jaguapitã	433	21,873
070	Jandaia	627	31,448
071	Janiópolis	-	-
072	Japira	216	6,498
073	Japurá	-	-
074	Jardim Alegre	-	-
075	Jundiaí do Sul	311	8,376
076	Jussara	223	8,471
077	Kaloré	-	-
078	Leópolis	356	11,113
079	Loanda	1,026	20,612
080	Lobato	237	10,174
081	Londrina	2,119	139,821
082	Lupionópolis	120	8,482

ANEXO 1 - TABELA DA ÁREA E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO NORTE DO PARANÁ - 1960

continuação

	Município	Área (ha)	População
083	Mamborê	-	-
084	Mandaguaçu	535	-
085	Mandaguari	343	24,630
086	Manuel Ribas	3,045	54,994
087	Maria Helena	-	-
088	Marialva	-	-
089	Marilena	-	-
090	Marilândia do Sul	-	-
091	Mariluz	-	-
092	Maringá	1,012	104,131
093	Marumbi	-	-
094	Mirador	-	-
095	Mirassolva	-	-
096	Moreira Sales	-	-
097	Munhós de Melo	133	6,931
098	Nossa Senhora das Graças	-	-
099	Nova Aliança do Ivaí	-	-
100	Nova América da Colina	-	-
101	Nova Cantu	-	-
102	Nova Esperança	688	43,095
103	Nova Fátima	249	12,802
104	Nova Londrina	816	-
105	Nova Olímpia	-	-
106	Ourizona	-	-
107	Paiçandu	-	-
108	Paraíso do norte	568	-
109	Paranacity	763	-
110	Paranapoema	-	-

ANEXO 1 - TABELA DA ÁREA E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO NORTE DO PARANÁ - 1960

continuação

	Município	Área (ha)	População
111	Paranavaí	2,198	63,189
112	Peabirú	307	19,180
113	Pinhalão	237	9,176
114	Planaltina do Paraná	-	-
115	Porecatu	294	20,776
116	Porto Rico	-	-
117	Presidente Castelo Branco	-	-
118	Primeiro de Maio	404	25,185
119	Quatigá	115	5,461
120	Querência do norte	800	7,517
121	Quinta do Sol	-	-
122	Rancho Alegre	-	-
123	Ribeirão Claro	607	15,511
124	Ribeirão do Pinhal	391	16,625
125	Rio Bom	-	-
126	Rolândia	589	44,461
127	Roncador	-	-
128	Rondon	1,426	-
129	Saludia	199	10,145
130	Salto do Itararé	-	-
131	Santa Amélia	84	6,552
132	Santa Cecília do Pavão	-	-
133	Santa Cruz do Monte Castelo	471	7,199
134	Santa Fé	297	12,797
135	Santa Inês	-	-
136	Santa Isabel do Ivaí	636	12,635
137	Santa Mariana	410	-
138	Santana do Itararé	-	-

ANEXO 1 - TABELA DA ÁREA E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO NORTE DO PARANÁ - 1960

continuação

	Município	Área (ha)	População
139	Santo Antônio da Platina	714	31,460
140	Santo Antônio do Caiuá	-	-
141	Santo Antônio do Paraíso	-	-
142	Santo Inácio	255	11,420
143	São Carlos do Ivaí	185	10,108
144	São Jerônimo da Serra	1,506	31,453
145	São João do Caiuá	435	18,542
146	São João do Ivaí	-	-
147	São Jorge	374	-
148	São José da Boa Vista	-	-
149	São Pedro Do Ivaí	288	11,606
150	São Pedro do Paraná	-	-
151	São Sebastião da Amoreira	-	-
152	São Tomé	-	-
153	Sapopema	-	-
154	Sertaneja	465	17,334
155	Sertanópolis	525	23,498
156	Siqueira Campos	443	18,424
157	Tamboara	195	11,831
158	Tapejara	-	-
159	Tapira	-	-
160	Terra Boa	290	16,697
161	Terra Rica	697	18,619
162	Tomazina	565	14,894
163	Tuneiras do oeste	-	-
164	Ubiratã	-	-
165	Umuarama	-	-
166	Uniflor	-	-

ANEXO 1 - TABELA DA ÁREA E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO NORTE DO PARANÁ - 1960

conclusão

	Município	Área (ha)	População
167	Uraí	337	24,137
168	Venceslau Brás	991	21,511
169	Xambrê	-	-
	TOTAL	71,637	1.843.679

FONTE: PADIS, 2006.

NOTA: OS MUNICÍPIOS CUJAS ÁREAS E POPULAÇÃO NÃO ESTÃO INDICADAS, NÃO ESTAVAM AINDA CRIADAS EM 1960. (PÁG. 136).